

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS DA
RELIGIÃO - MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

RENATO ROMULO DOS SANTOS SUHET

FENOMENOLOGIA DA CANONIZAÇÃO

**GOIÂNIA
2014**

RENATO ROMULO DOS SANTOS SUHET

FENOMENOLOGIA DA CANONIZAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Orientador Dr. Valmor da Silva

**GOIÂNIA
2014**

SUHET, R. R. S.

Fenomenologia da Canonização/ Renato Romulo dos Santos Suhet, Goiânia, 2014.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Mestrado em Ciências da Religião, 2014.

Orientação: Dr. Valmor da Silva

1. Santidade. 2. Beatificação. 3. Canonização. 4. Santo. 5. Igreja.

CDU 000

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DEFENDIDA
EM 28 DE FEVEREIRO DE 2014 E APROVADA PELA BANCA
EXAMINADORA

1) Dr. Valmor da Silva / PUC Goiás (Presidente) Valmor da Silva

2) Dr. Joel Antônio Ferreira / PUC Goiás (Membro) Ferreira

3) Dr. Carlos André Macêdo Cavalcanti / UFPB (Membro) Carlos André Macêdo Cavalcanti

Em memória + 15/01/2013
À minha Santa Mãe Lina, que sempre foi presente rezando e participando dos grandes momentos de minha vida, e que agora contempla a face da luz de Deus e lá dos céus continua intercedendo por mim, muito obrigado.

Meus sinceros agradecimentos a todos os professores, que no exercício dos seus misteres vertem luzes a iluminar nossos caminhos; em especial ao meu orientador, Professor Doutor Valmor da Silva, que teve participação essencial nas orientações e sugestões para a consecução da presente Dissertação, além dos Professores Doutores Joel Antônio Ferreira e Carlos André Cavalcanti, que muito me honraram com suas participações na Banca Examinadora de Mestrado, muito obrigado.

Sede Santos, porque eu, o Senhor, Vosso Deus, sou Santo (Lv 19,2).

Oração à Santa Edwiges

*Vós, Santa Edwiges, que fostes na terra o amparo dos pobres e desvalidos e socorro dos endividados, no céu onde gozais o eterno prêmio da caridade que praticastes, confiante vos peço e sede minha advogada para que de Deus eu obtenha a graça (diz-se a graça que se pretende) e por fim a graça suprema da salvação eterna. Assim seja.
(MEGALE, 2002, p. 74).*

Oração a Santo Expedito

Meu Santo Expedito das causas justas e urgentes intercedei por mim junto ao Nosso Senhor Jesus Cristo, socorrei-me nesta hora de aflição e desespero. Vós que sois um Santo Guerreiro. Vós que sois o Santo dos aflitos. Vós que sois o Santo dos desesperados. Vós que sois o Santo das causas urgentes, protegei-me, dai-me forças, coragem e serenidade. Atendei ao meu pedido (fazer o pedido). Meu Santo Expedito, ajudai-me a superar estas horas difíceis. Protegei-me de todos que possam me prejudicar; protegei a minha família, atendei ao meu pedido com urgência. Devolvei-me a paz e a tranquilidade. Meu Santo Expedito! Serei grato pelo resto da minha vida e levarei seu nome a todos que têm fé. Muito obrigado.

(MEGALE, 2002, p. 76).

RESUMO

SUHET, R.R.S. *Fenomenologia da Canonização*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás: Goiânia, 2014.

A partir dos pressupostos das Ciências da Religião, analisa o fenômeno da santificação enquanto elemento constituinte do catolicismo; a finalidade da santificação para a Igreja Católica Apostólica Romana e quais as consequências da influência do Santo na vida do ser humano. A pesquisa terá como eixo principal a *Fenomenologia da Canonização* no sentido de propor uma analítica, em Ciências da Religião, sobre o tema da canonização e a Igreja Católica Apostólica Romana entendendo seus conceitos, prática e finalidade, frente a um processo que leva alguém, que ao passar pelo processo de canonização da Igreja se transforma em um ser sagrado para o mundo cristão católico, com direito a culto e veneração. No sentido de realizar a análise do fenômeno religioso, no qual a canonização é elemento norteador, será utilizado, para isso, a Escritura Sagrada e a Tradição que serão de suma importância para entender o porquê de se ter santos, conforme preceitua Deus em Levítico 11,44-45 “Vós vos santificareis e sereis santos, porque eu sou santo.” E, ainda, no disposto pela Igreja Católica que afirma que o Santo é “Para tributar honra à Santíssima Trindade, para exaltação da fé católica e incremento da vida cristã”.

Palavras-chave: 1. Santidade. 2. Beatificação. 3. Canonização. 4. Santo. 5. Igreja.

ABSTRACT

SUHET, R.R.S. *Phenomenology of Canonization*. Dissertation (master's degree) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás: Goiânia, 2014.

From the assumptions of Religious Science, to analyze the sanctification phenomenon as a constituent of Catholicism; the objective of sanctification for the Roman Catholic Apostolic Church and what are the consequences of the saint's influence on mankind's life. The research has, as its main axis, the *Phenomenology of Canonization* aiming to propose an analysis, from the perspective of Religious Science, of canonization and the Roman Catholic Apostolic Church understanding its concepts, practices and purpose, facing a process that changes someone, who passes through it, into a sacred being to the Catholic Christian world, worthy of worship and veneration. In order to analyze the religious phenomenon, in which the canonization is the guiding element, the Holy Scriptures and Tradition will be used, what is extremely important to understand why there are saints, as determined by God in Leviticus 11, 44-45 and as stated by the Catholic Church, which affirms that "the saint serves as a way to honor the Holy Trinity, to exalt the Catholic Faith and as an increment of the Christian Life".

Keywords: 1. Sanctity; 2. Beatification; 3. Canonization; 4. Saint; 5. Church.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
1. GÊNESE DOS TERMOS RELIGIOSOS À LUZ DO PROCESSO DE SANTIFICAÇÃO	17
1.1 A estrutura de canonização na análise teológica dos termos	19
1.2 A formação do beato na análise teológica dos termos	21
1.3 A formação do santo na análise teológica dos termos.....	24
CAPÍTULO 2	
2. CONSTRUÇÃO TEOLÓGICA E HISTÓRICA DA GÊNESE DOS SANTOS: UM VASTO CHAMADO DE POUCOS ESCOLHIDOS	27
2.1 A Bíblia como princípio inspirador na formação dos santos	28
2.2 Santa Edwiges como Proposta Divina de Santificação	31
2.3 A Religião, o Profano e Santa Edwiges	36
2.4 A conjuntura histórica como princípio inspirador na formação de santos ..	43
CAPÍTULO 3	
3. A IDENTIDADE DO SANTO: DA IGREJA AO FIEL	47
3.1 Santidade da Igreja	50
3.2 Caminhos para a Santificação	54
3.3 A santidade e a Igreja	63
3.4 Fieis Santificados	69
CONCLUSÃO	77
REFERÊNCIAS	80
ANEXO: Constituição Apostólica Divinus Perctionis Magister do Sumo Pontífice João Paulo II sobre a Nova Legislação relativa às Causas dos Santos	83

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como propósito estabelecer um debate, especificamente, no campo das Ciências da Religião. Assim, esse texto se dispõe a apresentar a Canonização dentro de uma estrutura voltada para a religião enquanto fenômeno. Por isso, esse texto possui uma temática sobre a santidade como elemento integrante da religião Católica.

Nesse contexto, admitir a Santificação, o Santo, a Beatificação, a Renúncia (ascese) e, finalmente, a Canonização é adentrar no campo conceitual do fenômeno religioso Cristão. Por assim dizer, a construção textual que segue irá tratar especificamente de uma conjuntura processual que leva o indivíduo em sua atitude mínima de simplicidade (sujeito de sua própria história) a uma condição pura que emana de forma natural de um ser superior, de Deus. Assim, estamos nos referindo a alguém que passa a ser constituído não apenas por sua história, mas como parte da história de toda a Igreja.

É com essa perspectiva que trataremos a Canonização como ação constituinte do ato religioso Católico, fator demonstrado diuturnamente em todo o contexto bíblico, o que emerge desde a história dos cristianismos originários até os dias atuais. Dessa forma, embora haja alusão à conjuntura cristã, o conceito da Fenomenologia da Canonização se dará apenas sobre a descrição após a Páscoa descrita pelo contexto neotestamentário.

Nessa perspectiva, é possível uma identificação histórica que liga a Canonização aos desdobramentos históricos (ações variadas) do ser Santo com o ser humano. É possível que nesse contexto as variações do homem em sua relação com a divindade tenham influenciado a conjuntura de todo o catecismo assim como de toda forma de percepção do homem como ser que crê. A própria atualidade permite uma analítica em que o crente se dispõe a entender o fenômeno da santificação enquanto elemento constituinte do catolicismo.

É com essa inspiração que o ser humano busca as características fundamentais da santificação, em sua relação e forma de estabelecer um elo entre a santificação e o próprio catolicismo. O que necessariamente pode gerar uma suposição de que a aparência fundamental da santificação (sacralização) pode ser a separação do canonizado de outras pessoas ou dimensões cotidianas (profanas). Nesse caso, pode ser que haja certa potencialidade desse ser canonizado, o que faz

dele, de certa forma, intercessor entre o crente e a própria divindade. É, nesse caso, justamente esse fenômeno (sacralizado mediador) que se pode estabelecer a relação entre a santificação e o catolicismo, uma vez que nessa condição a crença na mediação é parte integrante de toda proposta religiosa.

Para a sistematização de todo o texto, se fez necessário um arcabouço teórico que parte desde a Sagrada Escritura (Bíblia Cristã), do Catecismo da Igreja Católica¹, Código de Direito Canônico e de pensadores, tais como Otto (1985), Eliade (2010), Durkheim (1989), Weber (1982), Croatto (2010) e outros comentadores que construíram uma analítica em torno, de alguma forma, do eixo canônico.

Assim, a construção desse texto se dedica à análise, a partir dos acúmulos bibliográficos, supracitados, oriundos dos pressupostos das ciências da religião, a santificação como elemento integrante e constituinte do catolicismo.

A santificação, reiteradamente, por assim dizer, pode ser percebida como ação dos desdobramentos dos feitos de uma pessoa comum. Ao passar pelo processo de canonização, pela Igreja Católica, a pessoa se transforma em um ser sagrado, com direito a culto e veneração, desencadeando, a partir dessa canonização, um tremor e arrepios que enche de energia e fornece uma espécie de poder ao psiquismo humano daquele que crê.

O processo de canonização, dessa forma, trará contribuições no sentido de dialogar com a comunidade acadêmica, o que proporcionará o melhor entendimento da religião e da sociedade.

A característica fundamental da santificação, então, é a separação do canonizado das outras pessoas ou dimensões cotidianas (profanas), potencializando-o a ser colocado no lugar de intercessor entre o crente e a divindade.

Este fenômeno produzido pela Igreja Católica de santificar uma pessoa e transformá-la em objeto de veneração a ser seguido por todo o mundo cristão católico é algo fascinante e complexo, tendo em vista ter a possibilidade de tratar o fenômeno da santificação em sua forma sagrada separada da profana, em que a pessoa que se torna santa apresenta características do Sagrado dentro de um foco,

¹ Para essa descrição serão utilizadas apenas as iniciais CIC.

primeiramente não-racional, na ideia da representação do divino e a sua relação com o racional.

O milagre é fonte de fé em um Deus todo poderoso que promove a cura independentemente de soluções ou explicações médicas, científicas ou entendimento daqueles descrentes, em que, somente o Santo tem condições de promover e justificar o inexplicável. O santo, que até pouco tempo era uma pessoa comum e que, por um processo de beatificação e santificação tornou-se sagrado dentro de uma experiência comportamental composta por razão e fé, ganha adesão ilimitada, irrestrita e inquestionável na sociedade crente.

O canonizado quando recebe o título de santo naquela cultura que o promoveu estabelece significados poderosos dentro desta mesma sociedade, expandindo-se para outras culturas na medida em que há o entrelaçamento entre os povos, o que poderá exercer influência sobre a cultura social, podendo ou não reforçar as crenças cristãs e exerce influência efetiva sobre a sociedade.

O conjunto do texto analisou o Santo dentro da perspectiva bíblica, da Tradição e da normativa da Igreja Católica, no intuito de visualizar os elementos que permitem detectar a santidade no meio cristão, por intermédio das histórias de vidas dos Santos.

Para isso, se faz necessário analisar todo o processo orientado pela Congregação para as Causas dos Santos por intermédio da *Constituição Apostólica Divinus Perfectionis Magister* (1983), que apresenta as normas a serem seguidas como a Instrução Diocesana das Causas dos Santos. Essa forma de percepção corresponde a uma análise da forma religiosa de admissão do ato canônico em si.

Nesse prisma, o texto assume três divisões, no qual, para essa descrição é elemento de divisão capitular, percorrendo os seguintes itinerários, quais sejam: o primeiro capítulo, intitulado *Gênese dos Termos Religiosos à Luz do Processo de Santificação* traz uma abordagem introdutória sobre a Beatificação, Canonização e Santo de forma que a reflexão teológica possa ser entendida a partir de sua origem etimológica.

Ainda no primeiro capítulo, com o pressuposto *Gênese dos Termos Religiosos à Luz do Processo de Santificação*, apresentamos um contexto que emerge sobre a estrutura de canonização sob o ponto de vista específico da análise teológica dos termos. Isso se dá pelo fato de que os agentes e elementos textuais formam uma conjuntura teológica e filosófica. Por isso a observação sobre a

formação acerca do beato e do santo é importante. Seu valor se encontra em uma analítica específica sobre a forma e conjuntura do fenômeno teológico e sua correlação com a Igreja Católica.

No segundo capítulo, *A Construção Teológica e Histórica da Gênese dos Santos: Um Vasto Chamado de Poucos Escolhidos*, o tema da santificação será abordado de modo a compreender como surgiu a beatificação, a canonização e a santidade, utilizando, para isso, as Fontes Bíblicas e Históricas, onde, os mártires terão destaques como os primeiros santos da Igreja, pois preferiram morrer a renunciarem a fé em Jesus Cristo.

No capítulo 02, a Bíblia Sagrada Cristã interage como pano de fundo de toda matriz do princípio inspirador na formação e concepção do ato de santidade. A própria Igreja Católica, como agente de apropriação, prega certos conceitos em busca de uma real sistematização sobre a existência de uma vocação humana ligada a provar a existência de Deus.

Por isso, o capítulo 02 é uma normatização do processo de santificação à luz do que ocorreu, por exemplo, com Santa Edwiges², sua conjuntura histórica e toda sua relação com os Cristianismos Originários.

A santificação como elemento integrante e constituinte do catolicismo será o capítulo terceiro e último da dissertação, em uma análise teológica sobre a santidade da Igreja, quem são as pessoas canonizadas, os passos a serem seguidos para a canonização, exemplificando os fieis santificados que alcançaram a graça de Deus. Nesse contexto, o capítulo 03, *A Identidade do Santo: Da Igreja e do Fiel*, é inspirado por toda a ação de Santidade da Igreja Católica, os caminhos que ela assume ao longo de sua história, seu processo como agente de santificação do homem e a própria conjuntura que interage com o homem profano e o Santo.

Por assim dizer, esse trabalho vislumbra um propósito de interação entre o homem profano, o Santo e a Igreja Católica, sendo, por isso, um convite ao propósito teológico em que está inserida toda a humanidade.

² A descrição *Santa Edwiges* corresponde à nomenclatura utilizada pela editora Paulinas. Citações Bíblicas: Bíblia Sagrada – Tradução da CNBB, 2 edição, 2001.

CAPÍTULO 01

1 GÊNESIS DOS TERMOS RELIGIOSOS À LUZ DO PROCESSO DE SANTIFICAÇÃO

A Igreja Católica utiliza termos para designar e qualificar o que é sagrado, suas formas, origens e consequências para a vivência cristã dentro de uma uniformidade de gestos, palavras e iconografias no intuito de demonstrar, informar, pregar e vivenciar o evangelho de Jesus Cristo.

Dessa forma, se faz necessário compreender a origem e o significado de alguns termos religiosos à luz do processo de santificação, alguns já utilizados na Gênese, antes mesmo da criação da Igreja por Jesus Cristo (Mt 16,18) “[...] Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja”³.

A Igreja Católica Apostólica Romana, a partir de Mateus 16,18, fundamenta sua doutrina nesta nova comunidade fundada por Jesus e que tem Pedro como alicerce, passando assim, a herdar a sucessão petrina por intermédio dos Papas, utilizando e criando termos religiosos no intuito de melhor expressar as suas crenças.

A santificação como elemento integrante do catolicismo e a forma com que esses termos são apropriados pela sociedade cristã foram evoluindo com o passar do tempo, buscando levar ao leigo cristão uma terminologia menos rebuscada, contudo, mantendo sempre o latim por se tratar de ser a língua oficial da Igreja.

Os termos bíblicos, na época patrística e medieval, eram considerados como palavras e expressões divinas mantidas interligadas pelo conjunto de livros sagrados, a bíblia, lidos e entendidos de forma literal e espiritual, sendo certo que, eram colocados em prática na forma literal e espiritual. Os entendimentos eram diversos para as palavras, frases e expressões, fazendo com que se expressassem de forma a diminuir ou mesmo desvirtuar o que o texto de fato estava dizendo, tendo em vista não haver uma hermenêutica que considerasse a época e o autor do texto (SAMANES & TAMAYO, 1999, p. 55).

A Igreja Católica prega que a hermenêutica bíblica se dê em torno do Magistério da Igreja, para que a interpretação bíblica não ocorra de forma

desvirtuada ou diminuída, em atenção à carta de São Pedro que adverte àqueles que buscam na Palavra os seus próprios interesses, afirmando que “Antes de tudo ficai sabendo: nenhuma profecia da Escritura é objeto de interpretação pessoal” (II Pd 1,20).

Afirma ainda em II Pd 3,16 que “É neste sentido que Paulo, nosso irmão e amigo, vos escreveu [...] nelas se encontram passagens difíceis, cujo sentido pessoas ignorantes e sem formação deturpam, como também fazem com as demais Escrituras, para a própria perdição.”

O Catecismo da Igreja Católica - CIC (1997) é um documento doutrinal que visa ser um serviço que o “Sucessor de Pedro” (p. 11), o papa, oferece à Igreja Católica e àquelas igrejas particulares que estão em comunhão com a Santa Sé, como forma de reforçar a unidade na fé apostólica com a transmissão fiel de sua Palavra quando afirma

«A *Sagrada Escritura* é a Palavra de Deus enquanto foi escrita por inspiração do Espírito divino».

«A *sagrada Tradição*, por sua vez, conserva a Palavra de Deus, confiada por Cristo Senhor e pelo Espírito Santo aos Apóstolos, e transmite-a integralmente aos seus sucessores, para que eles, com a luz do Espírito da verdade, fielmente a conservem, exponham e difundam na sua pregação». (CIC nº 81).

Daí resulta que a Igreja, a quem está confiada a transmissão e interpretação da Revelação, «não tira só da Sagrada Escritura a sua certeza a respeito de todas as coisas reveladas. Por isso, ambas devem ser recebidas e veneradas com igual espírito de piedade e reverência» (CIC nº 82).

A Igreja, desta forma, traz para si herdeira única da fé, e por isso detentora de interpretação e transmissão da revelação divina, porque esta missão está confiada a seus sucessores, no caso aos papas, legítimos sucessores de Pedro por intermédio do Magistério da Igreja:

O *depósito da fé* «*depositum fidei*», contido na Tradição sagrada e na Sagrada Escritura, foi confiado pelos Apóstolos ao conjunto da Igreja. «Apoiando-se nele, todo o povo santo persevera unido aos seus pastores na doutrina dos Apóstolos e na comunhão, na fracção do pão e na oração, de tal modo que, na conservação, atuação e profissão da fé transmitida, haja uma especial concordância dos pastores e dos fiéis» (CIC nº 84).

«O encargo de interpretar autenticamente» a Palavra de Deus, escrita ou contida na Tradição, foi confiado só ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade é exercida em nome de Jesus Cristo, isto é, aos bispos em comunhão com o sucessor de Pedro, o bispo de Roma (CIC nº 85).

Os fieis, então, devem escutar a Palavra de Deus, manifestada pelo Magistério da Igreja que “guarda religiosamente e a expõe fielmente [...] tudo quanto propõe a fé como divinamente revelado” (CIC nº 86), para que haja unidade de fé e não diversidade de interpretação, cabendo aos fieis escutar com amabilidade os ensinamentos de seus pastores

Os fiéis, lembrando-se da palavra de Cristo aos Apóstolos: «Quem vos escuta escuta-me a Mim» (Lc 10, 16), recebem com docilidade os ensinamentos e as diretrizes que os seus pastores lhes dão, sob diferentes formas (CIC nº 87).

Os termos religiosos aqui presentes são colocados à luz do processo de santificação manifestados em seu gênesis, como no livro do Pentateuco e sendo trabalhados nos desdobramentos da vivência do cristianismo quando da fundação da Igreja de Cristo e suas consequências para a humanidade.

Desta forma se torna necessário analisar e vislumbrar o sentido e as transformações que palavras como santificar, beatificar e canonizar foram codificadas e transformadas em sagradas em um processo de mutação terminológica ocorrida com o passar dos séculos, onde o hebraico, o latim e o grego predominaram e ainda predominam como formadores de palavras e significados para a Igreja Católica e em uma visão mais alargada para todo o mundo, senão vejamos.

1.1 A estrutura de canonização na análise teológica dos termos

A etimologia do termo canonizar vem do latim *canonizare* que significa aprovar, proclamar como justo, elogiar (MICHAELIS, 1998). Sendo assim, no meio leigo é uma palavra utilizada para tecer muitos elogios, louvar ou exaltar alguém, tendo como sinônimo enaltecer.

A palavra canonizar é utilizada pela Igreja para declarar que um fiel é santo após a sua morte. Ao ser declarado santo, o nome desta pessoa é inscrito no cânon, ou lista dos santos reconhecidos. O ato de canonização é realizado exclusivamente pelo Sumo Pontífice (NETTO & MACHADO, 2003, p. 91).

É o ato solene com o qual a suprema autoridade da Igreja, feitas as investigações necessárias, declara santos (ou santas) os batizados que se distinguiram na prática da caridade e das virtudes evangélicas

É interessante observar que a santidade de um fiel ocorre somente pela misericórdia e abertura da graça divina na vivência eclesial da fé e não pela conquista dos próprios méritos, assim disposto em Lowery (1999, p. 33).

Canonização

Declaração pelo Papa de que uma pessoa é santa, está no céu e é digna de veneração por todos os fiéis. Essa declaração geralmente é precedida pelo processo de beatificação e por um detalhado exame da vida e das obras da pessoa. Dois milagres atribuídos à sua intercessão devem ser autenticados pela Igreja antes de ser feita a declaração de canonização.

Salienta-se, ainda, que tanto as pessoas santas canonizadas como as pessoas que tiveram uma vida de santidade, porém, não foram canonizadas estão no céu, tendo em vista que, o santo canonizado é aquele que é declarado oficialmente pela Igreja, por intermédio do papa, que, atendendo a certos requisitos, tem o seu nome colocado na lista do cânone dos santos e os não canonizados são aquelas pessoas que viveram santamente, porém, não tiveram o processo oficial realizado pela Igreja.

Analisando os procedimentos da canonização, nota-se que é um processo sério e complexo dentro da Igreja, e que somente pode ser tratado pela Santa Sé por intermédio dos mais altos membros, tendo o Papa como autoridade maior para declarar a santidade de alguém.

A canonização é, então, o ato pelo qual alguém, ao passar por todo processo jurídico é declarado santo para o mundo cristão católico, com direito a culto e veneração.

O Código de Direito Canônico - CDC (cânon nº 1186, 2012) é explícito quanto ao culto que se deve prestar àquele que foi canonizado. À luz do dogma de fé da comunhão dos santos, a pessoa canonizada pode interceder pelo povo de Deus.

Para fomentar a santificação do povo de Deus, a Igreja recomenda a veneração peculiar e filial dos fiéis a Bem-aventurada sempre Virgem Maria, Mãe de Deus, que Jesus Cristo constituiu Mãe de todos os homens, e promove o verdadeiro e autêntico culto dos outros Santos, com cujo exemplo os fiéis se edificam e de cuja intercessão se valem.

O canonizado deve ser venerado e não adorado, sendo certo que, os que não são cristãos católicos acreditam, erroneamente, por não entenderem a fé católica, que os santos são adorados e não venerados. Contudo, o Código de Direito Canônico, afirma que o santo deve ser venerado:

Só é lícito venerar com culto público os servos de Deus, que foram incluídos pela autoridade da Igreja no álbum dos Santos ou Beatos. (cânon nº 1187, 2012).

Salienta-se, no entanto, que essa reflexão sobre a santidade será abordada no capítulo dedicado aos santos, torna-se salutar enfatizar algumas propriedades que são inerentes àquele que é canonizado.

1.2 A formação do beato na análise teológica dos termos

Beatificar vem do latim *beatus* e significa abençoado, e segundo a Igreja Católica, o Servo de Deus é aquela pessoa candidata a ser beatificada e já se encontra no paraíso e sua veneração é local e limitada, assim constante de Lowery (1999, p. 28):

Beatificação

Uma declaração do papa de que uma pessoa falecida levou uma vida santa e agora está no céu e é digna da veneração pública de forma limitada (não universal) na igreja. A esse ato geralmente segue um processo, no qual a vida, virtudes, fama pela santidade, sacerdócio e escritos da pessoa são intensa e minuciosamente examinados pela igreja. Aqueles que são beatificados são chamados “beatos”.

Beatificar, então, é o ato de incluir alguém, já falecido, na lista dos cânones de beatos ou bem-aventurados.

A Congregação para as Causas dos Santos⁴ afirma que o termo Beatificado surgiu a partir do momento em que a Santa Sé, no século XIV, passou a autorizar culto limitado a determinados falecidos considerados servos de Deus, porém, ainda não havia sido iniciada ou concluída a canonização.

Então, estas pessoas falecidas consideradas servas de Deus, que tinham o culto limitado a determinadas regiões, a partir de Sixto V, no ano de 1588, passaram a ser chamados de Beatos, o que proporcionou, juridicamente, a definição e distinção de Beato e Santo, tendo em vista que durante toda a Idade Média não havia distinção entre os títulos de “beato” ou de “Santo” (LEXICON, 2003), neste sentido, afirma o Cardeal José Saraiva Martins, Prefeito da Congregação para as Causas dos Santos que⁵:

⁴ As referências sobre a Congregação para as Causas dos Santos somente são encontradas no site <http://www.vatican.va> pertencente ao Vaticano, não havendo qualquer publicação escrita sobre o documento. Acessado em 20 de maio de 2013.

⁵ Site: <http://www.vatican.va>. Acessado em 20 de maio de 2013.

A concessão do culto local era formalizada e comunicada aos interessados através de Carta Apostólica sob forma de Breve, que o Bispo local fazia executar auctoritate apostolica.

Depois da instituição da Congregação dos Ritos (1588), por obra de Sixto V, os Papas continuaram a conceder cultos limitados (Missa et Officium), na expectativa de chegar à canonização. Progressivamente os procedimentos foram esclarecidos e aperfeiçoados, até chegar à atual normativa promulgada em 1983.

Desta forma, a concessão do culto público a um servo de Deus beatificado ocorre de forma limitada e indutiva, sendo que, as virtudes heroicas, qual seja, o martírio, tenha sido reconhecido, solenemente, por intermédio da seguinte fórmula:

[...] facultatem facimus ut Venerabilis Servus Dei N. N. Beati nomine in posterum appelletur, eiusque festum... in locis ac modis iure statutis quotannis celebrari possit".⁶

Os Santos, na condição de seres humanos, não são pessoas de “adoração”, mas de “veneração”. Venerar é respeitar e reconhecer os méritos de alguém. Dessa forma, o culto aos santos é dado na forma de “dulia” ou de veneração (do grego *δουλεια*, "douleuo" que significa "honrar"), é um termo teológico que significa a honra e culto de veneração.⁷

O cânon 1187 do Código de Direito Canônico (2012), afirma que “*só é lícito venerar com culto público os servos de Deus, que foram incluídos pela autoridade da Igreja no álbum dos Santos ou Beatos*”.

Os ritos para realizar as beatificações tiveram variações de acordo com o pontífice de cada época, sendo que, em recente decisão, o Papa Emérito Bento XVI não mais realizou as celebrações pessoalmente, com a alegação de que necessitava diferenciar, mais expressivamente, a celebração da canonização da celebração da beatificação, deixando as beatificações com as Igrejas particulares dos seus respectivos servos de Deus, mas sempre realçando que todas as beatificações são atos do Papa por intermédio de uma Carta Apostólica⁸.

⁶ A capacidade de reconhecer o venerável Servo de Deus, N. N. Bendito o nome ... que será venerado no futuro em sua festa ... fixada pela lei a ser comemorado todos os anos nos locais e formas definidos. Site: <http://www.vatican.va>.

⁷ site: wikipedia.org/wiki/Dulia.

⁸ Site: <http://www.vatican.va>.

Onde quer que se realizem os ritos de beatificação, quer em Roma quer noutras partes, é necessário realçar que todas as beatificações são um ato do Romano Pontífice, o qual permite ("*facultatem facimus*", assim consta na fórmula atual de beatificação) o culto local de um Servo de Deus, tornando pública a sua decisão mediante uma Carta apostólica.

As beatificações tiveram seus ritos alterados de acordo com cada pontificado, sendo assim especificado pelo Cardeal José Saraiva Martins, Prefeito da Congregação para as Causas dos Santos.

a) Antes de 1662: o Papa, concedendo o culto local (beatificação), normalmente deixava aos interessados (Promotores da Causa, Ordinário local) a possibilidade de escolher o dia, o lugar e o modo para solenizar o acontecimento da beatificação feita, e para inaugurar o novo culto (*Missa et Officium*). Também podia acontecer, especialmente em certos mosteiros, que por ocasião da beatificação não se fizesse qualquer solenidade externa, mas que se celebrasse a festa do novo Beato no dia estabelecido pelo calendário litúrgico ao longo do ano.

b) De 1662 a 1968: a primeira beatificação, em forma solene, foi a de São Francisco de Sales, querida por Alexandre VII. O rito teve lugar na Basílica de São Pedro em dois momentos bem distintos: primeiro momento na manhã de 8 de Janeiro de 1662 teve lugar na Basílica o rito verdadeiro e próprio da Beatificação; foi lido oficialmente o Breve apostólico, datado de 28 de Dezembro de 1661, com o qual o Papa conferia o título de Beato e as relativas honras litúrgicas; seguia-se a celebração da Missa solene, presidida pelo Bispo de Soissons. Em seguida, normalmente, a Eucaristia será presidida por um Cônego-Bispo do Capítulo Vaticano. Neste rito da manhã foram protagonistas a Sagrada Congregação dos Ritos e o Capítulo Vaticano; segundo momento na tarde do mesmo dia o Papa desceu à Basílica para venerar o novo Beato e lucrar a indulgência plenária, que ele mesmo tinha concedido aos fiéis que naquele dia tivessem visitado a Basílica. A prática iniciada por Alexandre VII permaneceu substancialmente invariada até 1968, quando foi realizada a última beatificação com aquele rito.

c) De 1971 a 2004: com a beatificação de São Maximiliano Kolbe (+ 1941), celebrada na manhã de 17 de Outubro de 1971, Paulo VI introduziu a importante inovação de presidir pessoalmente o rito da beatificação; desta forma deixou de ser feita a cerimônia da tarde, durante a qual o Santo Padre descia à Basílica para venerar o novo Beato e lucrar a indulgência plenária. Foi predisposta pela primeira vez uma "fórmula de beatificação", lida pelo próprio Papa. Desde então a Congregação dos Ritos era da opinião que "mesmo com a intervenção do Papa, deveria haver uma clara diferença de solenidade entre a canonização e a beatificação".

Nas beatificações seguintes (1972, 1974, 1975) o Papa, presente na celebração, recebia a *peroratio*, e pronunciava a fórmula de beatificação, mas não celebrava a Missa, que era presidida sobretudo pelo Bispo diocesano do novo Beato. A *peroratio* era feita pelo Prefeito ou pelo Secretário da Congregação para as Causas dos Santos ou também pelo Bispo diocesano, que presidia a celebração. Com a beatificação de 19 de Outubro de 1975 o Papa voltou a presidir também a Missa e assim continuou até 2004.

As celebrações das beatificações, tanto realizadas em Roma quanto em outra região, poderão, caso assim deseje, ser presididas pelo Santo Padre, porém, os ritos de beatificação, as datas e o lugar sejam realizados pela diocese que promoveu a causa do candidato a Beato ou numa região ou província eclesiástica mais idônea, diferentemente da canonização que somente pode ser realizada em Roma e pelo Papa.

1.3 A formação do santo na análise teológica dos termos

O conceito de santo em latim tem sua formação do verbo *sancire* que significa delimitar, fixar, santificar, e que, por motivo religioso busca dar o sentido de separado e limitado, em contraposição ao que é profano (EICHER, 2005, p. 811).

Em alemão, a palavra Santo significa “*heilig*”, derivado da raiz germânica *halagaz* que quer dizer no gótico: *hailags*, que pelos missionários anglo-saxões foi preferido ao *wihaz* gótico: *wihs*, para ter o significado em latim *sanctus*, palavra mais conhecida (EICHER, 2005, p. 812).

A definição está contida, também, no sentido teológico-cultural afirmando que (EICHER, 2005, p. 812).

O que está situado fora (*pro = diante de*) do âmbito santo (*fanum = templo*). O correspondente grego *témnein* (cortar, delimitar) certamente não serviu para a Setenta traduzir o hebraico *kados*, para o que ela usou o termo *hágios*, que no grego antigo aparece eventualmente no campo de significado para “puro”.

O termo santo, contudo, transcende o seu significado empírico, está presente na parte mais profunda do ser, a sua alma. A palavra tem sua expressão bem mais complexa que um simples conceito, vem do Antigo Testamento vinculada a Javé, que se revela ao povo de Israel, desde o início, como o Senhor absoluto, significando em sua santidade o poder e transcendência ao mesmo tempo, demonstrando dessa forma que Deus é o próprio Santo não podendo fazer analogias, sendo Javé o Santo por excelência,

dirás a toda a assembleia de Israel o seguinte: Sede Santos, porque eu, o Senhor, Vosso Deus, sou santo (Lv 19,2).
Santo, santo, santo é o Senhor Deus do universo! A terra inteira proclama a sua glória! (Is 6,3).
Porque sou Deus e não um homem, sou o Santo no meio de ti, e não gosto de destruir (Os 11,9).

Esta meta de se alcançar a santidade proposta por Deus permeia toda a vida religiosa do povo eleito, assim manifestado:

mas vós me sereis um reino de sacerdotes e uma nação consagrada (Ex. 19,6).

Por onde se saberá que temos todo o vosso favor, eu e o vosso povo? (Ex. 33,16).

Porque és um povo consagrado ao Senhor, teu Deus, o qual te escolheu para seres o seu povo (Dt 7,6).

Isaías na perícopre descrita em 6,1-3 traz a visão e testemunha fortemente a santidade de Deus por intermédio da tríplice aclamação dos Serafins, notando-se a firmeza do falar em “Santo de Israel”, expressando uma demonstração de poder e glória.

A santidade não está presente somente nas pessoas, sacerdotes e levitas, mas também nos ritos, o tempo:

Jacó, despertando de seu sono, exclamou: “Em verdade, o Senhor está neste lugar, e eu não o sabia” (Gn 28,16-17).

Não te aproximes daqui. Tira as sandálias dos teus pés, porque o lugar em que te encontras é uma terra santa (Ex 3,5).

Somente Jesus Cristo é o modelo, sendo também o único porque não está fora de nós, mas *em nós*, pela ação do Espírito Santo. Os Santos não são modelos em sentido próprio, mas cópias ou reproduções, mais ou menos perfeitas, mas sempre incompletas do modelo que é Jesus Cristo.

Jesus é o Santo de Deus no Novo Testamento.

Por isso, o ente santo que nascer de ti será chamado Filho de Deus. (Lc 1,35).

Que tens tu conosco, Jesus de Nazaré? Vieste perder-nos? Sei quem és: o Santo de Deus!. (Mc 1,24).

Deixa-nos! Que temos nós contigo, Jesus de Nazaré? Vieste para nos perder? Sei quem és: o Santo de Deus!. (Lc 4,34).

E nós cremos e sabemos que tu és o Santo de Deus! (Jo 6,69).

Algumas passagens da Escritura Sagrada, dentre outras várias existentes, tratam da palavra santidade demonstrando toda a sua importância no contexto histórico, perpassando por Êxodo até Apocalipse.

Em Êxodo 15,11 o termo santidade já é manifestado quando se refere a Deus.

Quem entre os deuses é semelhante a ti, Senhor? Quem é semelhante a ti? Majestoso em santidade, terrível em feitos gloriosos, autor de maravilhas?

Em Números, por diversas vezes, a santidade de Deus é manifestada e reconhecida por Moisés e Arão:

O Senhor, porém, disse a Moisés e a Arão: "Como vocês não confiaram em mim para honrar minha santidade à vista dos israelitas, vocês não conduzirão esta comunidade para a terra que dou a vocês" (Nm 20,12.).

Essas foram as águas de Meribá, onde os israelitas discutiram com o Senhor e onde ele manifestou sua santidade entre eles (Nm 20,13).

pois, quando a comunidade se rebelou nas águas do deserto de Zim, vocês dois desobedeceram à minha ordem de honrar minha santidade perante eles. Isso aconteceu nas águas de Meribá, em Cades, no deserto de Zim (Nm 20,13).

A santidade de Deus perpassa por toda Escritura Sagrada, como Deuteronômio 32,51 – 1Crônicas 16,29 – 2Crônicas 20,21 – Salmos 89,35, além de outras diversas passagens, porém, a partir de Isaías, a santidade pertencente somente a Deus começa a pertencer às coisas do mundo como uma estrada.

E ali haverá uma grande estrada, um caminho que será chamado Caminho de Santidade. Os impuros não passarão por ele; servirá apenas aos que são do Caminho; os insensatos não o tomarão. (Is 29,23).

No Novo Testamento, com Jesus Cristo, a santidade está disponível para todos que creem, como em João 17,17 que afirma

Mas, assim como é santo aquele que os chamou, sejam santos vocês também em tudo o que fizerem,

Romanos 6,19 afirma que todos os que acreditam em Jesus e foram libertados do pecado terão direito à santidade tendo como prêmio a vida eterna.

Mas agora que vocês foram libertados do pecado e se tornaram escravos de Deus o fruto que colhem leva à santidade, e o seu fim é a vida eterna.

CAPÍTULO 2

2 CONSTRUÇÃO TEOLÓGICA E HISTÓRICA DA GÊNESIS DOS SANTOS: UM VASTO CHAMADO DE POUCOS ESCOLHIDOS

A santidade vem sendo perseguida, segundo a Bíblia, desde o Antigo Testamento ao Novo Testamento pelos Judeus e Cristãos, cada qual dentro de suas perspectivas e épocas vividas.

A partir do Antigo Testamento já se tem culto aos santos. Inicialmente os judeus até o século II a.C. acreditavam que os falecidos ficavam com suas consciências dormindo em um local em baixo da terra, um *sheol* ou *Hades*, ou seja, um mundo dos mortos, não podendo ser contemplados ou punidos, não sendo possível a comunicação desses mortos com os vivos pois estariam adormecidos (AQUINO, 2007).

Porém, com o texto bíblico de II Macabeus 15,7-17, do século II a.C., o profeta Jeremias que já havia falecido no século VI a.C., e o Sumo Sacerdote Onias também já falecido, surge Judas Macabeu, afirmando que era “o amigo de seus irmãos, aquele que muito ora pelo povo, pela cidade santa, Jeremias, o profeta de Deus” (AQUINO, p. 15, 2007).

A partir, então, do século II a.C. os judeus passaram a ter outro entendimento sobre a possibilidade de comunicação com os defuntos, acreditando que os falecidos preservavam suas consciências lúcidas e permaneciam convivendo com sua comunidade.

É Interessante observar que em 2Mc 15, 7-14 há a primeira oração realizada por quem estava morto, Jeremias e Onias, em favor dos vivos, no caso Judas Macabeu, que intercederam junto a Deus para que Judas derrotasse seus inimigos, assim narrado na Bíblia de Jerusalém (2002),

O Macabeu, por sua parte, estava ininterruptamente persuadido, com plena esperança, de que obteria socorro da parte do Senhor. Assim, exortava ele seus companheiros a não temerem o ataque dos pagãos, mas, tendo em mente os socorros já vindos a eles do céu, a esperarem, também agora, a vitória que lhes adviria da parte do Todo-poderoso. Confortando-os então por meio da Lei e dos Profetas. E recordando-lhes também os combates que já haviam sustentado, tornou-os mais ardorosos. Tendo assim despertado o seu ardor, deu-lhes as suas instruções, ao mesmo tempo que lhes

chamava a atenção para a perfídia dos pagãos e a quebra dos seus juramentos. Tendo, pois, armado cada um deles, menos com a segurança dos escudos e das lanças do que com o conforto das boas palavras, referiu-lhes ainda um sonho digno de fé, uma espécie de visão, que os alegrou a todos. Ora, este foi o espetáculo que lhe coube apreciar: Onias, que tinha sido sumo sacerdote, homem honesto e bom, modesto no trato e de caráter manso, expressando-se convenientemente no falar, e desde a infância exercitado em todas as práticas da virtude, estava com as mãos estendidas, intercedendo por toda a comunidade dos judeus. Apareceu a seguir, da mesma forma, um homem notável pelos cabelos brancos pela dignidade, sendo maravilhosa e majestosíssima a superioridade que o circundava. Tomando então a palavra, disse Onias: ‘Este é o amigo dos seus irmãos, aquele que muito ora pelo povo e por toda a cidade santa, Jeremias, o profeta de Deus’.

A Bíblia de Jerusalém (2002) traz em sua nota de rodapé, com referência a 2 Macabeus 15, que apesar de Jeremias ter sofrido profundamente com o seu povo (cf. Jr 11,19.21; 14,15; 18,18s; 20,1-2; 26), se tornou um intercessor diante de Deus, pois “Este papel, conferido a Jeremias e a Onias, é a primeira atestação da crença numa oração dos justos falecidos em favor dos vivos”.

Em Mt 22, Jesus conta a parábola do banquete nupcial com abundante traços alegóricos, em que busca transmitir que Deus é o rei, o filho é o messias, os profetas e os apóstolos são os enviados que convidam para o banquete nupcial que é a santidade para todos, porém, “Com efeito, muitos são chamados, mas poucos escolhidos”, demonstrando que ser Santo é uma herança proposta a todos por Deus e que foi plenamente acolhida pela Igreja, que é Santa porque foi criada por quem é Santo, Jesus Cristo.

A presença da gênese do Santo na Bíblia e na história da Tradição da Igreja tem como princípio inspirador a fé, sem a qual não haveria a crença em um defunto que interceda junto a Deus Pai, Deus Filho e a Deus Espírito Santo, que formam a Santíssima Trindade, àqueles que buscam a misericórdia divina para seus anseios.

É o Santo como mediador dos homens junto a Deus.

2.1 A Bíblia como princípio inspirador na formação dos santos

No Pentateuco, em Levítico 11,45, Deus já exigia que o homem buscasse a santidade ao afirmar que “*deveis, portanto, ser santos, pois eu sou santo*”. Em Deuteronômio 18,13 também já se falava na busca incessante da santidade quando o Autor invoca que “*Serás perfeito na adesão ao Senhor, teu Deus*”.

O Novo Testamento tem diversas passagens em que a busca da santidade pelo crente é requerida por Deus. Em Mateus 5,48, como exemplo, a busca pela santidade está manifestada nas palavras de Jesus Cristo quando da reflexão com seus discípulos: *“Vós, portanto, sereis perfeitos, como é perfeito o vosso Pai celeste.”*. Na Primeira Epístola de Pedro em 1,15-16, os eleitos ao formarem uma nação santa são conclamados a rejeitarem o pecado e a buscarem a santidade

Como filhos obedientes, não vos conformeis com os desejos pecaminosos de outrora, do tempo da vossa ignorância; ao contrário, assim como é santo aquele que vos chamou, também vós tornai-vos santos em toda a vossa conduta, porque está escrito: Sede santos, porque eu sou santo.

A santidade está presente em Levítico 20,26 *“E sereis para mim santos; porque eu, o Senhor, sou santo, e vos separei dos povos, para serdes meus”*.

Em pesquisa bíblica⁹ foram encontrados trezentos e trinta e seis registros da palavra “sede santos”, desde o início da bíblia de Êxodo até Apocalipse, ou seja, a palavra santo perpetua por toda a Sagrada Escritura.

Deus, em Levítico, afirma que santificará seu povo e os tornará santos, por que Ele é santo, o que nos faz refletir teologicamente que só pela graça de Deus se chega à santidade.

Pois eu sou o Senhor, vosso Deus. Vós vos santificareis e sereis santos, porque eu sou santo (Lv 11, 40).

Porque eu sou o Senhor que vos tirou da terra do Egito para ser o vosso Deus. Sereis santos porque eu sou santo (Lv 11, 45).

Dirás a toda a assembléia de Israel o seguinte: sede santos, porque eu, o Senhor, vosso Deus, sou santo. (Lv 19,2).

Santificai-vos, e sede santos, porque eu sou o Senhor, vosso Deus (Lv 20,7).

Sereis para mim santos, porque eu, o Senhor, sou santo; e vos separei dos outros povos para que sejais meus. (Lv 20, 26).

A fé e a confiança em Deus é que dá vida eterna e permite a comunhão com a sociedade dos santos, manifestada no Livro de Tobias quando afirma:

somos filhos dos santos (patriarcas), e esperamos aquela vida que Deus há de dar aos que não perdem jamais a sua confiança nele. (Tb 2,18). Na segunda noite, serás admitido na sociedade dos santos patriarcas. (Tb 6,20).

⁹ Pesquisa feita pela internet no site que apresenta a Bíblia Católica *on line*. <http://www.bibliacatolica.com.br/busca/biblia-ave-maria/santo#.UuD-RBBTvrC>

Os santos, em Eclesiástico, são exemplos de vida que devem ser lembrados e vivenciados de geração em geração, com culto e honraria, pois foram pessoas que viveram e permaneceram com a graça de Deus

que seu nome permaneça eternamente, e passe aos seus filhos com a glória desses santos homens! (Eclo 46,15).
Subindo ao altar santo, honrava os santos ornamentos. (Eclo 50,12).

E quem não permanecer na graça de Deus e continuar em uma vida profana, não será reconhecido por Deus,

porque, se nesta geração adúltera e pecadora alguém se envergonhar de mim e das minhas palavras, também o Filho do homem se envergonhará dele, quando vier na glória de seu Pai com os seus santos anjos. (Mc 8,38).

A santidade perpassa pelo matrimônio. Quando um dos cônjuges não tem fé, o outro que recebeu a fé santificará o que não tem fé,

Porque o marido que não tem a fé é santificado por sua mulher; assim como a mulher que não tem a fé é santificada pelo marido que recebeu a fé. Do contrário, os vossos filhos seriam impuros quando, na realidade, são santos (I Cor 7,14).

Na Bíblia, no Antigo Testamento, quando Javé se glorifica (Ex 14,4; Lv 10,3; Nm 13), toda a criação é atingida, até aos/os fins dos tempos o universo está perpassado por sua santidade (Nm 14,10). Essa santificação também atinge pessoas e coisas. Mas a santidade de Deus implica também perfeição moral, que para o homem sob a interpelação de Javé torna-se medida de sua própria santidade (Lv 11,44;19,2;20,26). Esta exigência foi sempre destacada precisamente pelos profetas e ligada com Juízo de condenação. A coordenação de santidade moral e cultural determina a relação do homem com Javé e faz da santidade princípio social do povo eleito.

A santidade no Novo Testamento orienta-se essencialmente por Cristo, a hierofania escatológica está decisivamente marcada pela sua singular relação com o Pai. Como “santo de Deus”, Cristo está em radical contraste com a força do mal (Mc 1,23-28), ele está inteiramente do lado de Deus (Jo 6,68s).

Depreende-se que, a santidade que atinge irreversível reconhecimento de Deus e do seu nome (Mt 6,9; Lc 11,2) e por força do Espírito santifica o homem (Rm 5,1-5), é que se torna possível, pelas graças divina, a possibilidade da canonização pela Igreja.

2.2 Santa Edwiges como proposta Divina de Santificação

Edwiges nasceu no ano de 1174 na Alemanha, vindo a se tornar paradigma dos três estados da mulher: virgem, esposa e viúva. Riquíssima, era da família do príncipe Bertoldo de Andech, filha do marquês de Meran e da princesa Inês Rottech (O Santo do Dia, 2006, p. 556).

Criada e instruída com conceitos religiosos cristãos muito fortes por sua mãe, Edwiges amava a oração, a leitura da Bíblia e a eucaristia. Devido ter sido levada para o mosteiro cisterciense de Kitzingen, na Francônia (Alemanha) aos seis anos de idade foi instruída na leitura da Bíblia, além de aprender a ser uma boa esposa, incorporou a rígida disciplina religiosa monástica, aprendendo que “a tudo reservava um tempo: tempo para rezar, tempo para trabalhar, tempo para descansar...” (Santa Edwiges Novena e biografia, 2001, p. 10).

Edwiges deixou o mosteiro cisterciense aos doze anos de idade para casar-se, como era de costume na época, com Henrique I, príncipe da Silésia, de 18 anos, tornando-se com isso duquesa da Polônia.

Edwiges tinha como características ser esposa e mãe dedicada, não tolerava a guerra e amava a paz e os pobres, ao ponto de determinar que os administradores de seus bens, pois era riquíssima e com muitos privilégios, fossem caridosos com aqueles que lhes deviam, pois “preferia ver-se empobrecida e despojada do que fazer sofrer os pobres camponeses” (Santa Edwiges Novena e biografia, 2011, p. 9).

Devido a esta criação disciplinada, quando adulta, passou a se impor penitências rígidas e regulares jejuns com a intenção de mortificar o corpo, chegando a colocar cordão de crina de cavalo embaixo da roupa, provocando grande desconforto ao corpo (Santa Edwiges Novena e biografia, 2011, p. 15).

Edwiges aos treze anos de idade teve o primeiro filho, Henrique, depois Boleslau, Inês, Sofia, Gertrudes e Conrado, em um total de sete filhos com o duque da Silésia, Henrique I, homem que também era profundamente religioso e honesto, sendo que, o casal construiu hospitais, sanatórios e o primeiro convento feminino de Trebnitz (Wroclaw, na Polônia) em homenagem à Ordem Cisterciense (Santa Edwiges Novena e biografia, 2011, p. 23).

O filho mais novo, Conrado, faleceu em um acidente de caça e o filho Boleslau, o segundo filho, logo em seguida faleceu também, contudo, Edwiges

manteve firme sua religiosidade e crença permanecendo forte e confiante em Deus (Santa Edwiges Novena e biografia, 2011, p. 15).

Em um ambiente de rivalidades entre os príncipes daquela época a guerra foi inevitável, tendo Henrique I sido capturado e feito prisioneiro, Edwiges não pensou duas vezes, com oração, jejuns, fortaleceu o espírito e se dirigiu aos inimigos, disposta a dar a vida pelo seu esposo, libertou Henrique I e conseguiu a paz entre os príncipes acabando com a guerra (Santa Edwiges Novena e biografia, 2011, p. 19-20).

Durante a construção do mosteiro das monjas em Trebnitz muitas execuções foram evitadas, devido à utilização de presos na obra os quais foram soltos após a conclusão dos serviços, passando o convento das monjas de Trebnitz a realizar atendimentos a mais de mil pessoas necessitadas como pobres, doentes, viúvas e crianças, tudo isto sustentado por Edwiges (Santa Edwiges Novena e biografia, 2011, p. 23-24).

O mosteiro passou a ser um lugar sacralizado, no qual eram realizados os cultos com a missa e os demais ofícios divinos em uma perfeita liturgia do qual o pecado, as vaidades do mundo perdiam espaço para as mortificações dos sentidos, na busca de preparar o espírito para o dia do juízo final, trilhando o caminho para a santificação.

Edwiges e Henrique I tinham a crença que o sexo era somente para a procriação. Após o nascimento do sétimo e último filho decidiram de comum acordo se consagrarem, publicamente, a Deus, passando a viverem a castidade morando em casas separadas, somente se encontrando em atos políticos ou sociais, o que levou Henrique I a viver mais austeramente, passando a ser chamado Henrique, o Barbudo, pois nem a barba fazia mais. (Santa Edwiges Novena e biografia, 2011, p. 36)

A fé inabalável de Edwiges foi o sustentáculo quando da morte do marido em 1238, do filho Henrique II, conhecido como o piedoso, morto em 1240 na batalha face aos tártaros, sendo que, um após outro todos os seus filhos morreram, com exceção de Gertrudes, que era abadessa do convento das monjas em Trebnitz (Santa Edwiges Novena e biografia, 2011, p. 37).

Após a morte do esposo e dos filhos, Edwiges se desfez de todos os seus bens e entrou para o convento das monjas em Trebnitz o qual tinha fundado e submetendo-se às ordens de sua filha Gertrudes, que era abadessa, e à

complacência das monjas as quais referenciava beijando seus mantos e banhando-se com as águas já utilizadas por elas, se entregando à contemplação e a duras penitências. (Santa Edwiges Novena e biografia, 2011, p. 37).

Santa Edwiges tinha o hábito de todas as quintas feiras lavar os pés dos leprosos e sentar-se com eles para a ceia, com a finalidade de servi-los. Realizava viagens com os pobres, visitava os prisioneiros para levar conforto e verificar se passavam frio e fome, além de não permitir tratamento desumano a eles (Santa Edwiges Novena e biografia, 2011, p. 37).

Santa Edwiges faleceu no dia 16 de outubro de 1243, data em que é comemorada sua festa. É invocada em todo o mundo cristão católico, como a padroeira dos endividados devido à benevolência com que tratava os súditos desesperados por não conseguirem arcar com suas dívidas, remindo as dívidas daqueles que não tinham condições de pagá-las (Santa Edwiges Novena e biografia, 2011, p. 37).

Logo após sua morte Edwiges passou a ser cultuada, inicialmente pela comunidade local como Santa, passando a sua sepultura a ser centro de peregrinação para os fiéis cristãos de tal sorte que, o Papa Clemente IV, no ano de 1266, canonizou Santa Edwiges oficialmente.

A iconografia de Santa Edwiges ficou oficialmente representada de pé, com túnica branca, ou seja, hábito de freira cisterciense, tendo na frente o escapulário, véu e capa preta abotoada no peito, segurando um livro sobre o qual tem uma coroa de príncipe, tudo na mão esquerda, simbolizando que é religiosa, mas também princesa (MEGALE, 2002, p. 74).

A oração à Santa Edwiges é distribuída em forma de santinhos informando se alguém tem algum problema de ordem financeira de difícil solução que peça ajuda à Santa, pois ela é a Santa protetora dos pobres e endividados e que em todo o mundo as pessoas sempre conseguem resolver seus problemas de ordem financeira, graças à intercessão da Santa Edwiges junto a Jesus Cristo, constando a seguinte oração (MEGALE, 2002, p. 74).

Vós, Santa Edwiges, que fostes na terra o amparo dos pobres e desvalidos e socorro dos endividados, no céu onde gozais o eterno prêmio da caridade que praticastes, confiante vos peço e sede minha advogada para que de Deus eu obtenha a graça (diz-se a graça que se pretende) e por fim a graça suprema da salvação eterna. Assim seja.

Atualmente, toda primeira quinta-feira do mês, às 6h30min, centenas de devotos de Santa Edwiges vão à cidade de São Paulo, na Paróquia-santuário de Santa Edwiges, localizada no Sacomã e também à Igreja da Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, localizada no Largo Paissandu para pedirem a intercessão da Santa junto a Jesus Cristo para resolver seus problemas financeiros.

Estes devotos, pobres, remediados e alguns deles ricos e que estão em grandes dificuldades financeiras, vão também neste dia da semana para lembrar que Santa Edwiges às quintas-feiras lavava os pés dos leprosos e os servia na mesa (MEGALE, 2002, p. 74).

Santa Edwiges teve sua santidade percebida e reconhecida devido aos desdobramentos dos feitos ao longo de sua vida que eram virtuosos para aquela sociedade do século XI e XII onde a expansão, contestação e defesa do cristianismo na Europa foram necessárias, segundo a Igreja Católica da época, com as cruzadas, frente à presença insistente do islamismo que permeava os locais em que viveu Jesus Cristo, propagando ameaças aos cristãos do Oriente (COMBY, 2001).

As cruzadas proporcionaram a evangelização dos escandinavos, prussianos e outros povos do nordeste da Europa nos Séculos XI e XII, proporcionando o surgimento de várias seitas, entre elas a dos Valdenses ou pobres de Lião, onde Valdo, o precursor desta seita, homem rico e influente, por volta do ano de 1173, deixa todos os seus bens e passa a pregar a pobreza em sua comunidade. Criticados pela Igreja por pregarem sem ser padres e criticar a riqueza da Igreja são colocados à margem da sociedade (COMBY, 2001, p. 156).

No final do Século XI surge a doutrina dos Cátaros (os purificados) que se consideravam cristãos, mas que professavam a rejeição à encarnação de Cristo, pois acreditavam que a matéria e o corpo são maus, além de condenarem o casamento, o que levava a Igreja a interpretar como um perigo a fé cristã (COMBY, 2001, p. 161).

As ordens mendicantes também surgiram no século XI, com a Ordem dos Irmãos Pregadores, que levavam a palavra do Evangelho a uma vivência de pobreza em seguimento as regras Agostinianas, tendo Domingos, nascido em 1170 na Espanha e falecido em 1221 na cidade de Bolonha como o seu precursor (COMBY, 2001, p. 161).

A Ordem Franciscana, fundada por Francisco de Assis, filho de um rico comerciante, também abandonou tudo em 1205 para se dedicar à pobreza, passando a ser reconhecido pelo Papa Inocêncio que aprovou em 1209 o tipo de vida daqueles “menores” na escala social (COMBY, 2001, p. 164)

As cruzadas presentes nestes séculos e a influência da Igreja quanto a viver o cristianismo formava o pensamento daquelas pessoas mais sensíveis à palavra de Cristo, ou seja, a sociedade nos Séculos XI e XII é uma sociedade funcionalista, ou seja, a sociedade era muito maior que o indivíduo, pois era sociedade que definia o modo de vida do indivíduo.

É por isso que, na perspectiva de Durkheim (1989, p. 277), para entender a sociedade se faz necessário conhecer a religião desta sociedade e para se conhecer uma religião é necessário conhecer a sociedade que cultua aquela religião, pois a sociedade está imbricada com a religião. Neste sentido, o que ocorre com uma (sociedade) ocorre também com a outra (religião), ou seja, havendo alteração em uma, há também alteração na outra, contudo, uma não é objeto da outra.

Este imbricamento, conforme afirma Durkheim (1989, p. 282), se dá devido ao compartilhamento de normas, regras, crenças e valores presentes na natureza daquela sociedade, que são os elementos constitutivos da consciência coletiva, sendo estes conteúdos compartilhados a própria religião que por sua vez, determina o comportamento da sociedade.

Santa Edwiger, dessa forma, foi educada no mosteiro cisterciense de Kitzingen aos seis anos de idade para ser um modelo de mulher virgem, esposa e viúva, dentro das características exigidas para a época, além de ter sido instruída com conceitos religiosos fortes por sua mãe, que a levou a realizar orações diárias e estudar a Bíblia.

As virtudes de Santa Edwiger foram despertadas por uma sociedade do Século XI e XII que buscava a coesão social quanto à salvação por parte de Deus e se distanciar da morte empregada pelas cruzadas a serviço da Igreja.

A religião Católica deu origem à coesão social para o cristianismo, proporcionando que a sociedade, à época, se adequasse a um grau tal que a consciência individual passasse a ser um consenso da consciência coletiva daquela comunidade, de forma que, dependendo da coesão, essa consciência se divide em solidariedade mecânica e solidariedade orgânica (DURKHEIM, 1989, p. 300).

Para esse caso, a solidariedade mecânica de Durkheim (1989, p. 301) quanto à necessidade da religião para a coesão social está implicitamente ligada ao apego de certas comunidades aos seus santos como forma de demonstrar a coesão social quanto àquela pertença de crença, como é o caso de Santa Edwiges na Igreja Católica (2011, p. 5-7) que é a intercessora junto a Deus dos pobres e endividados, que consegue unir multidões em torno de sua santidade, verdadeiros veneradores por sua intercessão.

A santificação de uma pessoa é um fato religioso que, por intermédio de um processo, pode-se conhecer uma comunidade afeta àquela santificação, principalmente conhecendo os valores significativos daquela cultura, analisando os carismas do canonizado que lhe dão poder para ser intercessor diante de Deus, autorizando, ao mesmo tempo, o culto público em sua honra por parte da sociedade que assim o reconheceu.

Santa Edwiger, uma mulher riquíssima, ao passar a conviver com leprosos, pobres e encarcerados passou a constituir uma crença da sociedade da qual o seu conteúdo foi disseminado, inicialmente, individualmente em um processo que acaba por compor a consciência coletiva tendo em vista que a natureza da sociedade está nos valores compartilhados na consciência coletiva, levando à coesão social quanto aos poderes de que os santos intercedem diante de Deus.

Essa intercessão diante de Deus torna o santificado como um micro sistema mais ou menos simples de mitos com direito a dogmas, ritos e cerimônias produzidas por uma sociedade que comunga da mesma crença, sendo certo que, na perspectiva de Durkheim (1989, p. 277) a religião também é um sistema mais ou menos complexo de mitos, dogmas e ritos, produzidos por uma sociedade que tem a mesma cultura, o que permite aferir que a perspectiva durkheimiana é perfeitamente permissiva para aquela sociedade que acreditou naquela pessoa dotada de carismas, contudo, não é um sistema complexo como na religião e sim uma crença simples naquele que se tornou santo.

2.3 A Religião, o Profano e Santa Edwiges

O mundo do período que abrange os séculos XI e XII é possuidor de uma abrangência comercial significativa. O mundo passa a se reunir em função da agremiação de dinheiro ou de bens. As sociedades são assumidas como agentes financeiros possíveis. As cruzadas, por conta do avanço comercial, entram em

declínio. O mundo inicia seu processo de expansão comercial e tem no avanço global-econômico seu viés de construção.

Por assim dizer, imaginar uma pessoa abastada, negar o preceito econômico em função dos bens transcendentais, só é possível de ser admitidos pelo caráter de santidade de uma mulher, nesse caso, Edwiges.

Ainda assim, merece nota o fato de não haver, de forma peremptória, nenhum viés econômico de cunho capitalista, por isso, ainda engatinhava quaisquer justificativas que ligassem as atitudes de Edwiges a uma ação orientada sobre o subterfúgio de certa alienação, o que não iremos aprofundar.

Por isso, para a época, requer implementação o fato de toda conjuntura que leva o 'ser' escolhido ao processo de canonização se exclui dos conceitos, mormente apresentados pelo cosmos como preceito verdadeiro. Estamos nos referindo a uma verdade humana ligada ao interesse imanente, a buscar por variantes que integram o homem a 'ter', 'possuir' e implementar ações para si mesmo.

O santo, contrário a isso, para o caso de Edwiges, é um ser humano canonizado e intercessor diante de Deus. Por isso, se faz necessário analisar o fenômeno da santificação em sua forma sagrada separada da profana, em que a pessoa santa apresenta características do Sagrado dentro de um foco primeiramente não-racional, na ideia da representação do divino e a sua relação com o racional. O que nos leva a perceber que o que integra o pensar e o agir de um santo, ou daquele que é movido pela fé em função deste, pode ser um estrutura além do campo humano, nesse caso, transcendente.

Assim, Otto vislumbra a proposta de existência de Deus e da religião, não no próprio Deus e na própria religião, mas na análise dos aspectos das manifestações da experiência religiosa, buscando esclarecer o conteúdo e as especificidades dessas experiências, não utilizando, com isso, os aspectos racionais propostos pela religião, mas os aspectos irracionais manifestados nestas experiências, vindo a nominar de numinoso (do latim *numen*, "deus") (OTTO, 2007, p. 37).

É dessa forma que Otto identifica o "Sagrado", primeiramente como elemento essencial de qualquer religião, sendo este o elemento inerente ao divino, e por isso, não seria passível de racionalização. E em segundo lugar, o objeto captado pelo pensamento conceitual é racional, pois, é a essência da divindade descrita pelos predicados, como: espírito, vontade última, boa vontade, todo poderoso,

unidade de essência, razão, consciência de si, afirmando que a religião que aceita e afirma tais predicados também é racional (OTTO, 2007).

Essas considerações de Otto identificam um caráter de santidade que se opõe ao mundo vivente por Santa Edwiges e seus contemporâneos. O mundo estava em busca de algo que era, de certa forma, negado por Edwiges em seu polo de ações. O símbolo seguido por Edwiges não se submetia aos símbolos sociais da época, o que permitia a criação de um novo paradigma em todo o conjunto social.

Por isso, a ideia de símbolo deve ser admitida como transversal ao pensamento sobre o “Sagrado”, pois faz com que as pessoas submetam seus pensamentos em nome de uma nova possibilidade de ação, o que contradiz a ideia de lastro e de posse. Por isso, entendemos o símbolo à luz do que diz Croatto:

“[...] símbolo é a representação de uma ausência [...] é a linguagem básica da experiência religiosa [...] o símbolo faz pensar, o símbolo diz sempre mais do que diz. É a linguagem do profundo, da intuição, do enigma. Por isso é a linguagem dos sonhos, da poesia, do amor, da experiência religiosa” (CROATTO, 2001, p. 117).

Assim, se verifica que a ideia de símbolo, em sua volta para a sociedade em que Santa Edwiges atuava, era diferente do processo humanizado em que ela agia.

Dessa forma, ilumina a proposta de entendimento das ações religiosas e sociais assumidas pela Santa o fato de haver uma ressignificação da simbologia social, criando para si e para a comunidade uma nova forma de percepção de si mesmo e do outro. Por isso, é fácil associarmos essas disposições a uma nova forma racional de percepção da própria divindade. Basta saber que toda essa racionalidade é condição necessária da fé, pois se exprime a fé por meio de noções claras em oposição ao puro sentimento. Ou seja, no cristianismo tem-se que ter noção clara da divindade baseando-se em seus predicados que, por intermédio da razão enuncia a fé (OTTO, 2007, p.33).

Vale ressaltar, que a pessoa, após a morte, caso tenha tido uma vida ética e moral, voltada para o completo respeito e sintonia com o sagrado, transmite à comunidade uma dimensão já sagrada separada do profano em acesso a um culto positivo. O que reitera a sistemática de Otto e Croatto. Em Otto, por admitir uma proposta de divindade associada ao transcendente e mediada de forma racional e em Croatto, por admitir uma nova admissão simbólica de si e do outro à luz das

premissas da 'vontade de Deus'. É dessa forma que Rudolf Otto trabalha a forma como o sagrado reflete suas características, afirmando que:

[...] como cristãos, sem dúvida, nos deparamos inicialmente com sentimentos que de forma atenuada também conhecemos em outras áreas: sentimentos de gratidão, de confiança, de amor, de esperança, de humilde sujeição e submissão (OTTO, 2007, p. 40).

É possível que algumas das características do canonizado, que compõem o elemento não-racional, contrastam-se com as características do racional dentro do universo religioso. Ora, vale ressaltar que o aspecto religioso assume uma nova dimensão do racional, tendo a fé como agente de moderação. Ao procurarmos compreender tal ligação, percebemos que ela se estabelece como algo restrito e que pode ser estreitamente ligado à ética, à moral e, por conseguinte à bondade. Entretanto, o ser Sagrado neste sentido, significaria a "santidade", ou seja, o indivíduo deveria revestir-se de uma pureza moral e ética inigualável e inacessível, para que a este, considerado santo/sagrado, fosse concedida extraordinariamente uma bondade.

É dessa forma que Santa Edwiges tem suas ações, desligadas do aspecto racional civilizatório do século XI e XII, sendo ela ratificadora de uma razão transcendente ligada à fé e à vontade sublime da divindade. Essa ação sublime, que monta um novo paradigma, pode ser observada na invocação de um fiel por seu Santo de devoção. O santo ao ser invocado provoca, no invocador, um *tremor* e *arrepios* que enchem de energia e fornecem uma espécie de poder ao psiquismo humano. Essa ação forja uma retomada de consciência, à razão, no assombro provocado pela fé no transcendente (OTTO, 2007, 57).

Vale ressaltar que o santo se evidencia pela sua atuação junto aos homens, ação efetivamente realizada por Santa Edwiges, tal qual faz também o numinoso, diferenciando um (santo) do outro (numinoso) no sentido do mistério, pois o santo é alguém conhecido e o numinoso é inefável, porém indiferente quanto à história (EICHER, 1993, p. 813 e 814).

O santo e numinoso, realidade indiferente sob o prisma da história das religiões, entrou, sob a orientação bíblica à perfeição (cf. Mt 5,46), na esfera do etos, que com insistência se acentua como caracterização da existência cristã comparando-se com a religiosidade dos não-crentes.

A ação de um Santo é uma ação de plena interferência na vida social de sua comunidade. Santa Edwiges assumiu sua comunidade desfavorecida economicamente como parte de seu vínculo familiar. Esse fato faz com que ela seja admitida como uma pessoa em total distinção frente às demandas sociais e morais assumidas na época. Edwiges assim corrobora o processo divino na terra e permite à divindade a continuidade de suas ações, nas quais a Santa é, por assim dizer, uma possibilidade de manifestação do Numinoso e até mesmo daquilo que se pode entender enquanto ação sagrada (OTTO, 2007).

Por isso, há uma junção entre o que se entende por Santo e aquilo que aferimos sobre o Numinoso. O Numinoso é uma categoria especial de interpretação e de avaliação que gera um estado de alma toda vez que um objeto é concebido como numinoso. É uma categoria "*sui generis*", original e fundamental, que não se compreende o que ela é a não ser buscando chamar atenção da pessoa no sentido de fazê-la encontrar-se consigo mesma (OTTO, 2007, p. 38).

Em caráter de sistematização, o Santo enfatiza a atenção imediata da relação direta e íntima com Deus, porém não é Deus, não é numinoso, é uma forma, segundo a Igreja, também de unir os homens a Deus (CIC, 957):

A comunhão com os santos. Não é só por causa do seu exemplo que veneramos a memória dos bem-aventurados, mas ainda mais para que a união de toda a Igreja no Espírito aumente com o exercício da caridade fraterna. Pois, assim como a comunhão cristã entre os cristãos ainda peregrinos nos aproxima mais de Cristo, assim também a comunhão com os santos nos une a Cristo, de quem procedem, como de fonte e Cabeça, toda a graça e a própria vida do povo de Deus [...] A Cristo, nós O adoramos, porque Ele é o Filho de Deus; quanto aos mártires, nós os amamos como os discípulos e imitadores do Senhor: e isso é justo, por causa da sua devoção incomparável para com o seu Rei e Mestre. Assim nós possamos também ser seus companheiros e condiscípulos!

Assim, Santa Edwiges possui aspecto totalmente inserido no processo social de sua comunidade, o que faz com que ela reitere diretamente o aspecto de santificação do homem em sua forma de percepção de si. Edwiges não pode ser percebida de forma desligada de sua comunidade e de seu grupo de ação, pelo contrário, o olhar para ela em todo o seu processo de santidade é dar o mesmo olhar ao seu grupo e a sua atitude enquanto agente de Deus na terra.

Dando ainda uma ênfase maior ao processo de santificação de Edwiges, cabe nos remetermos ao pensamento de Eliade (1992), pois este critica e completa a

definição de Otto ao afirmar que o sagrado é algo que se agrega ao profano. Por isso mesmo é ambíguo. Pretendendo, com isso, tratar o sagrado em toda a sua plenitude e não quanto à relação entre os elementos não-racional e racional da religião, partindo do princípio que o sagrado se manifesta ao homem como algo completamente diferente do profano, utilizando o termo *hierofania* para indicar o ato da manifestação do sagrado (1992, p. 14 - 15).

Para a assimilação do entendimento de Santa Edwiges, é possível admitirmos que o sagrado se manifesta para o homem “arcaico”, “primitivo”, pois em algumas civilizações o sagrado assume um papel de força. Esse elemento pode ser visto da seguinte forma na fala de Eliade:

[...] sagrado equivale ao poder e, em última análise, à realidade por excelência. O sagrado está saturado de ser. Potência sagrada quer dizer ao mesmo tempo realidade, perenidade e eficácia (ELIADE, 1992, p. 16).

A fala sobre o Sagrado é dependente, em tese, de um conceito contraditório, por isso, o profano, ao contrário de sagrado, traduz como sendo algo em oposição ao que é real e irreal, ou ainda pseudo-real, sendo, portanto, de fácil compreensão entender que “o homem religioso deseja profundamente ser, participar da realidade, saturar-se de poder” (1992, p. 16).

Para as sociedades modernas o homem tem dessacralizado o seu mundo, buscando vivenciar as coisas profanas, afirmando Eliade (1992, p. 17) que:

[...] a dessacralização caracteriza a experiência total do homem não religioso das sociedades modernas, o qual, por essa razão, sente uma dificuldade cada vez maior em reencontrar as dimensões existenciais do homem religioso das sociedades arcaicas.

O homem religioso busca se manter o mais perto possível do sagrado, basta observarmos o comportamento de Santa Edwiges, procurando sacralizar o seu mundo, seu espaço, no intuito de vivenciar as suas experiências de forma religiosa nestes espaços sagrados, pois, conforme Eliade (1992, p. 25):

Lá, no recinto sagrado, torna-se possível a comunicação com os deuses; conseqüentemente, deve existir uma “porta” para o alto, por onde os deuses podem descer à Terra e o homem pode subir simbolicamente ao Céu. Assim acontece em numerosas religiões: o templo constitui, por assim dizer, uma “abertura” para o alto e assegura a comunicação com o mundo dos deuses.

A Igreja, por assim dizer, é o local dos crentes reverenciarem seus santos que têm suas imagens dispostas em pequenos altares, tendo o padroeiro daquela Igreja um local de destaque, normalmente fica exposto no presbitério.

As imagens dos santos são, com frequência, colocadas nas casas dos fieis, de acordo com sua experiência religiosa com aquele santo, buscando o religioso manter o máximo possível seus locais mais íntimos ornamentados com sua religiosidade.

No caso de Santa Edwiges, sua conotação social aproxima o crente de seus feitos milagrosos. O seu desapego material de outrora faz com que a população historicamente veja nela uma 'possibilitadora' de auxílio urgente no que se refere à dimensão econômica e de discrepância social.

O candidato a santo, ao ser canonizado, aglutina o profano ao sagrado, em que, a partir dessa agregação, o santo, tal qual o sagrado, passa a se manifestar na vida humana, em que, a partir da canonização, a *hierofania* do canonizado passa a se manifestar de diversas formas como em objetos, lugares, espaços ou tempos, tornando-os também sagrados.

Na experiência religiosa, permite-se que o cristão tenha sua vida invadida por um poder estranho, em que uma atitude primeira é de espanto e, em um segundo momento de fé, revelando uma característica inefável, somente apreciado pelos sentimentos e pelos sentidos na forma sagrada, onde os mistérios terríveis e fascinantes se misturam. Esse fato é corroborado por toda a história de vida de Santa Edwiges, basta saber que a referida Santa buscou pelas características da divindade desde sua fase jovem até sua morte. Dessa forma, as ações de vida de Santa Edwiges podem ser assumidas apenas mediante uma condição hermenêutica de verificação de um ser sublime e de conceito puro diante de Deus.

É por assim dizer que podemos verificar em Edwiges uma pessoa de ação natural em função do bem, embora religiosa sua forma de percepção do outro era por mediação da divindade, pelo amor. O Aspecto da religiosidade é admitido como foco *a posteriori* pois as ações da Santa não remetiam à pregação direta de um culto ou doutrina, porém de uma divindade sem mácula e disposta a entender o outro como parte de si mesmo. No caso de Eliade (1992), na busca pela experiência religiosa, a manifestação do sagrado pode ser vista como ação fundante para a experiência do mundo imanente como o mundo transcendente. Esse fator descreve questões sobre a espacialidade, a temporalidade, a sacralidade da natureza, a

existência humana e a vida santificada. Essa disposição vista sobre o olhar fenomenológico leva os primórdios da experiência humana, tanto existencial quanto coletiva, em que sua descrição comparativa alcança níveis ontológicos do homem.

O cristão poderá ser levado à consagração pela Igreja Católica Apostólica Romana por sua experiência de vivência sacratíssima e, por consequência, o distanciamento do profano, ao ponto de se tornar sagrado após experimentar a fenomenologia da canonização, tal qual a vida assumida por Santa Edwiges.

Dessa forma, Santa Edwiges, assim como todo o cabedal de Santos da Igreja Católica Romana, possui um recorte de aceitação cultural relevante. O santo Católico tem sua existência perpetuada de gerações em gerações, de cultura em cultura, estabelecendo significados poderosos dentro de uma sociedade e expandindo para outras à medida que há o entrelaçamento de culturas.

O Santo, então, passa a ser sagrado e a se manifestar na vida humana de maneira diferenciada, pois, o profano desaparece após a canonização. Ou seja, é a hierofania agindo no canonizado, passando a ser uma experiência religiosa e fundante para a experiência do mundo como mundo afirma Eliade (1992).

2.4 A conjuntura histórica como princípio inspirador na formação de santos

Os santos passaram a ser cultuados já na Igreja Primitiva dos primeiros séculos quando os cristãos passaram a ser perseguidos pelos romanos e assassinados por manterem sua fé em Jesus Cristo, o que acabou por culminar na tradição do culto aos mártires no Cristianismo e também dos “confessores”, ou seja, aqueles que deram testemunho de sua fé até a disposição de morrer, mas que, por alguma circunstância, não se tinha consumado o martírio.

O primeiro santo, segundo o princípio do martírio e não negação da fé, foi Santo Estevão, um dos sete diáconos do início da igreja, que ao pregar e converter judeus e gentios aos ensinamentos de Jesus foi condenado à morte por apedrejamento, narrado em Atos dos Apóstolos 7,54-60.

Os mártires foram os primeiros santos, assim considerados pela Igreja, e reconhecidos por São Jerônimo que afirmava que “não calam quando mortos”, porém “apenas dormem”.

Os cristãos primitivos ao professarem a fé em Cristo eram perseguidos, torturados e mortos pelos romanos, e por isso, esses mártires eram respeitados e tidos como sagrados, passando a ser comemorado o dia da morte do mártir já no século II, o que se tornou uma prática popular entre os cristãos.

Como se observa, a santidade sempre foi o ponto central da conduta judaico-cristã. Por isso, é reiterada a disposição de Otto (2007), conforme descrição acima, acerca do que se dispõe o conjunto, de forma que remetem ao processo de entendimento do que se dá o termo sagrado. No início da igreja não havia um processo de canonização especializado, os cristãos que eram martirizados e não negavam a sua fé tinham a confirmação de sua santidade, surgindo daí, pelo martírio, os primeiros santos da Igreja Católica, também conhecidos por protomártir, aqueles que eram lembrados pelos fieis.

O culto a estes santos martirizados, sobre cujos túmulos desde muito cedo se erigiram altares, capelas e mesmo basílicas e se liam as atas de seus martírios e se celebrava a Eucaristia, não consistia apenas na comemoração de seu "*Natale*" (dia da morte) e na imitação de suas virtudes, mas também na invocação e no pedido de sua intercessão (O Ano Litúrgico. 1983, p. 199).

As atas dos martírios foram escritas pelos escribas daquela época, que foram manipulados a escreverem as atas dando maior ênfase ao martírio e pouca ênfase ao cristão que fora torturado com a intenção única de produzir medo nos cidadãos que lessem as atas para que fossem afastados do cristianismo.

O martírio de Santa Fortunada foi relatado na "Ata de Martírio" da época, quando profundamente examinada a ata, ficou comprovada sua autenticidade dando origem a sua festa, celebrada em 14 de outubro, vindo a constar no Calendário Romano, no final de 1969 e início de 1970.

A Igreja, então, no século I d.C., proclamava somente os mártires proclamados pelo povo como santos. Com o passar dos tempos, já no final do século III entrando para o IV, Euzébio de Cesareia, chamado o Pai da História da Igreja, tendo em vista seus relatos quanto ao início do cristianismo primitivo nas obras "Histórias Eclesiásticas" e "Crônicas", os santos passam a ter suas memórias lembradas pelos fieis agora por escrito e não mais só oralmente (História da Igreja I, 2001).

Euzébio de Cesareia tinha como fonte para suas obras os documentos emitidos pelos pró-cônsul, que eram as pessoas encarregadas de cumprir a sentença de morte dos mártires, e por isso tinham os nomes desses martirizados, que ficavam registrados nos “Atos Proconsulares”. Tinha, também, os nomes dos santos mártires nas narrativas dos próprios mártires que, antes de morrerem, escreviam suas paixões, conhecidas por “paixões narrativas”. Dessa forma, o então Bispo de Cesareia, Euzébio, solidificou a existência dos santos mártires da igreja (COMBY, Jean. *Para ler a História da Igreja II: do século XV ao século XX*, p. 48 1994).

A obra *Padres Gregos* noticia que uma carta com data do ano de 156 d.C. da comunidade cristã de Esmirna enviada à comunidade de Frígia informa sobre reuniões religiosas e cultos realizados no túmulo de São Policarpos, bispo e mártir de Esmirna quando do aniversário de seu martírio (*História da Igreja I*, 2001).

No final do século II e começo do III, Orígenes dá testemunho da intercessão dos santos quando afirma que:

Uma carta com data do ano 156, enviada pelos fiéis da comunidade cristã de Esmirna à comunidade da Frígia (Filomélia), dá notícia de reuniões religiosas e cultuais dos cristãos de Esmirna, realizada no túmulo (“reliquias mais preciosas que o ouro e pedras preciosas” – diz a carta) de seu Bispo e Mártir, São Policarpo, por ocasião dos aniversários de seu martírio. (*Padres Gregos*, 5, 1029-1045) É já a prática da Igreja ao festejar o aniversário do triunfo dos Mártires e dos Santos. Também Orígenes, que viveu no século II e começo do III, atesta a fé da Igreja Católica na intercessão dos Santos, nesses termos: “O Pontífice não é o único a se unir aos orantes; os Anjos e as almas dos justos também se unem a eles na oração.” (Em “*De Oratione*”).

Outro fato que demonstra a presença da noção de santo está presente nas *Atas dos Mártires* Cartas constante do site *santossanctorum*, assim,

Santa Teodósia (307 D.C.), em Tiro, pedia aos mártires, na hora em que iam para o suplício, que se lembrassem dela quando tivessem recebido a recompensa.

E Santa Pantomina, em Alexandria, na hora de seu próprio martírio, prometeu ao soldado que a conduzia, que ia pedir por ele quando estivesse junto de Deus. (Em “*Eusébio*”, 1.6, c. 2; apud Lúcio Navarro (Monsenhor), “*A legítima interpretação da Bíblia*, p. 542).

Também em Tarragona, o Bispo Mártir São Frutuoso (259 D.C.), na hora do suplício, vendo que muitos fiéis faziam fila e lhe pediam a mesma graça de que não se esquecesse deles quando estivesse junto de Deus, falou para todos em voz alta:

“Sim, eu devo ter em mente toda a Igreja espalhada pelo mundo, do Oriente ao Ocidente.” (*Ata Frutuosi*, 1,7)

A Igreja em seus primórdios tinha os primeiros santos mártires como Pedro, apóstolo de Cristo, pois já era santo por consideração pelos primeiros cristãos, vindo, depois, a serem definitivamente reconhecidos pela Igreja. Sendo assim, o primeiro santo canonizado por um papa, no ano de 993, foi o Bispo de Augsburg, Ulrich, reconhecimento pelo Papa João XV. (História da Igreja I, 2001).

Contudo, somente a partir do Século VIII é que os papas começaram a centralizar as canonizações em suas mãos. A partir do Papa João XV, a Santa Sé, em Roma, passou a normatizar para os novos canonizados, exigindo, agora, a análise dos valores morais e a fé do candidato a santo, porque já não havia mais perseguições aos cristãos, o cristianismo passou a ser a religião oficial no Século II, e, por consequência, não havia mais mártires.

Antigamente, até o século XII, a Igreja utilizava um método democrático de canonizar. Quando alguém morria e o povo daquele lugar começava a comentar que “Ele era um santo”, esta fama do morto, proporcionada pela aclamação popular, fazia com que o papa confirmasse aquela aclamação referendando com a canonização e tornando santo aquele que o povo já proclamava santo (ADAM, 1982, p. 80).

Porém, os candidatos aumentaram muito para serem canonizados, tornando algo perigoso e sem controle, pois, em momentos que a comunidade sentia-se muito eufórica acabava por proclamar a santidade de alguém que não foi verdadeiramente santa, ou, criavam-se lendas, histórias, ou mitos de alguém somente para agilizar o processo de canonização, exagerando, em demasia, as virtudes do candidato a santo.

Dessa forma, para evitar e manter o controle sobre os excessos e precipitações das canonizações é que os bispos foram criando, durante os séculos, normas mais rígidas para o controle das canonizações, tendo sempre a palavra final do papa.

Sendo assim, a Igreja, há mais de dois mil anos, vem celebrando a memória daquelas pessoas que, verdadeiramente, são dignas de serem lembradas, pois viveram e morreram como exemplo de fé em Jesus Cristo e foram vivendo em santidade que é o destino de todos os fieis cristãos, por isso a grande quantidade de fieis canonizados.

CAPÍTULO 3

3 A IDENTIDADE DO SANTO: DA IGREJA AO FIEL

A identidade do Santo, como o nome mesmo indica, pode se relacionar às questões mais íntimas que integram aquele que crê e, por isso, vive uma vida plenamente dedicada ao aspecto do sublime, ao elemento cosmológico mais intenso. A definição do Santo, por assim dizer, se mostra em uma relação frenética com a própria identidade da Igreja. Na identidade do Santo está contida a identidade do fiel e de toda a conjuntura social em que a Igreja Católica exige e atua.

Ser Santo pode ter sua identidade ligada ao aspecto de exclusão entre o homem, enquanto agente profano, e o mundo, aspecto que, por sua definição, também se dedica ao elemento profano. O homem, em sua condição mais simples e lógica (humana), é possuidor de um caráter naturalmente profano, o aspecto sublime é o que permite uma ação diferenciada daquilo que se identifica como, notadamente, do mundo.

Por isso, a identidade do Santo pode ter seu aspecto ligado ao elemento de separação entre o ser que vive em um mundo diferenciado daqueles que não se vinculam a uma forma sublime. O Santo é um ser humano separado, um ser diferente entre o natural e dedicado apenas ao sobrenatural.

Por isso, se faz necessário apontarmos as condições que se dão entre o rompimento do homem (Santo) e o mundo (profano). Assim, primeiramente, é preciso definir a finalidade específica do ato de canonização. Esta definição pode ser encontrada na citação, abaixo relatada, feita pelo Sumo Pontífice que estiver no pontificado, para anunciar a proclamação de santo, quando afirma:

Para tributar honra à Santíssima Trindade, para exaltação da fé católica e incremento da vida cristã, com a autoridade de Nosso Senhor Jesus Cristo, dos Santos Apóstolos Pedro e Paulo, e com a Nossa autoridade, depois de ter meditado detidamente, de ter invocado repetidamente a ajuda divina e de ter escutado o parecer de muitos Irmãos nossos no Episcopado, declaramos e definimos Santo o Beato N., incluímos o seu nome no Catálogo dos Santos e prescrevemos que, em toda a Igreja, seja honrado como Santo¹⁰.

¹⁰ Fragmento retirado do site www.vaticano.com.br em 14 de novembro de 2013.

Sendo assim, a finalidade de uma canonização se dá pela possibilidade de elevação da Glória estabelecida ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo. Ainda na definição do Sumo Pontífice, concordamos que a canonização se dá pela sua forma mais sublime de permissão de Glória à Santíssima Trindade, ou seja, “para tributar honra à Santíssima Trindade, para exaltação da fé católica e incremento da vida cristã” ¹¹.

O homem, como criação, está de maneira notável, movido a dar glória a Deus. Como diz S. Ireneu: “a glória de Deus é o homem vivo”, mas, pode-se acrescentar, a título de explanação, que o ser humano dá graças a Deus não só porque ele recebeu o dom da vida, mas especialmente porque este indivíduo se tornou parte do projeto imaginado por Deus, e isso é maior do que qualquer coisa. Por isso, em toda a existência da Igreja, há a menção constante do reconhecimento público da santificação das pessoas que praticaram virtudes de maneira além e suas atitudes foram aclamadas pelos fiéis.

Ao proclamá-los Beatos e, posteriormente, Santos, a Igreja eleva sua ação de graças a Deus e conseqüentemente honra essas pessoas que se dedicaram tanto à caridade e à Igreja e assim os propõe intercessores e exemplos de que todos podem alcançar uma vida santa e que isso não é algo impossível. As beatificações e as canonizações se mostram como um meio de glorificar e honrar o nome de Deus trazendo assim mais almas em busca dessa virtude.

Jesus Cristo está em nós, se confunde com a alma, ele é o exemplo e também se faz único, pois age pela ação do Espírito Santo. A vida dos santos nos mostra como é palpável a ideia de se identificar com Deus até chegar a ser *alter Christus, ipse Christus*, que é o valor e o objetivo de toda santidade. Estes não são comparáveis a Jesus Cristo, mas pelos seus exemplos de vida, suas lutas constantes contra o pecado nos mostram de forma concreta a intimidade com Deus.

Com os estudos, pesquisas, opiniões e a própria fé, compreendemos que Deus em todo o seu amor e misericórdia criou o planeta para que sua glória se manifestasse. O Concílio Vaticano I afirma:

¹¹ Fragmento retirado do site www.vaticano.com.br 14 de novembro de 2013.

Na sua bondade e pela sua força onipotente, não para aumentar a sua felicidade nem para adquirir a sua perfeição, mas para a manifestar pelos bens que concede às suas criaturas, este único Deus verdadeiro, no seu mais livre desígnio, criou do nada simultaneamente e desde o princípio do tempo uma e outra criatura – a espiritual e a corporal.¹²

O Povo de Deus, que tem a fé como ponto fundamental da crença, tem nos sinais verdadeiros, os esclarecimentos de todas as coisas, visíveis e invisíveis. Estes sinais, então, são as manifestações do plano de Deus frente à vocação total do homem, orientando os sentidos para solucionar os problemas humanos.

Segundo o Concílio Vaticano II, o homem tem valores provenientes de sua inteligência concedida por Deus, contudo, devido à corrupção de seu coração se afastam de sua origem divina, por isso precisam se purificar, assim manifestadas na Constituição Pastoral “Gaudium et Spes”

Por isso o homem está dividido em si mesmo. Por esta razão, toda a vida humana, individual e coletiva, apresenta-se como uma luta dramática entre o bem e o mal, entre a luz e as trevas. Bem mais ainda. O Homem se encontra incapaz, por si mesmo, de debelar eficazmente os ataques do mal; e assim cada um se sente como que carregado de cadeias (Constituição Pastoral “Gaudium et Spes” nº 240).

Conforme descrição abaixo, a inquietação está em chegar à santidade, sendo a santidade o ômega de toda perspectiva humana, pois a humanidade, segundo Santo Agostinho, foi feita por e para o próprio Deus, conforme descrição abaixo:

Fizeste-nos Senhor para ti, e o meu coração está inquieto enquanto não descansar em ti. Esta aspiração ao bem absoluto, que compreende todo o ser e todo o agir do homem “torna-se vida no cristão como aspiração à santidade, entendida como plenitude da filiação divina, que se faz real nesta terra pelo seguimento e imitação de Jesus Cristo (S. Agostinho, Confesiones, I, 1).

A Constituição pastoral “*Gaudium et Spes*” busca exortar os cristãos para que cumpram os seu deveres fielmente, pois o homem tem em Cristo o seu autoconhecimento o que proporciona ao homem a sua vocação para a santidade.

É nessa proposta que reconhecemos no processo de entendimento sobre a própria ideia de santificação de Jesus. Desta forma, Jesus Cristo nos escolheu bem antes do mundo ser constituído, para sermos santos e imaculados diante dos seus olhos, senão vejamos esta passagem aos Efésios proposta por Paulo:

¹² Fragmento retirado do site www.vaticano.com.br em 14 de novembro de 2013.

Nele nos escolheu antes da fundação do mundo para sermos santos e irrepreensíveis diante dele no amor. Ele nos predestinou para sermos seus filhos adotivos por Jesus Cristo, conforme o beneplácito da sua vontade, para louvor e glória da sua graça com a qual ele nos agraciou no Amado (*Ef 1, 4-6*).

3.1 Santidade da Igreja

A santidade, assim como a ideia da pessoa humana, ocorre também, conforme conjunto de descrições supracitadas, dentro do próprio escopo de entendimento do Sublime. A ideia de um ser Santo depende diretamente de um valor Institucionalizado.

A santidade, dessa forma, pode significar uma junção entre o homem enquanto separado das astúcias profanas e de uma Instituição (santa em sua natureza) capaz de legitimar a santidade humana, manifesta por sua separação entre o profano e, por isso, dedicada unicamente ao sagrado.

É com esse entendimento que o Papa Bento XVI, em um pronunciamento na Cidade do Vaticano, em 13 de junho de 2011, no que se manifesta a respeito da santidade da Igreja, na missa de Pentecostes.

É o Espírito Santo que anima a Igreja. Ela não deriva da vontade humana, da reflexão, da habilidade do homem e da sua capacidade de organização [...]. É, ao invés disso, o Corpo de Cristo, animada pelo Espírito Santo" (*Gaudium et Spes*).

O Espírito Santo como agente animador da Igreja, corrobora toda proposta em que, cabe à Divina Trindade, o ajuizamento da ação moral de definição entre aquilo que é, efetivamente, separado, daquilo que é mormente do mundo. Cabe ao Espírito Santo, conforme descrição do Papa Emérito, dar ao Santo uma disposição vocacionada ao Sublime, a tudo aquilo que se conjuga à vontade de Deus em Sua forma de condução, sábia e ligada à melhor condução de todo o corpo de Cristo.

Por isso mesmo, identificamos a Igreja como fonte de santidade, ou seja, a Igreja é santa, devido Deus Santíssimo ser o seu criador. O Espírito Santo vivifica a Igreja com a caridade, e Cristo se entregou por ela para santificá-la e fazer com que a Igreja santifique também, encontrando, com isso, a plenitude dos meios salvíficos, sendo a santidade a vocação de cada um dos fieis, assim manifestado no Catecismo da Igreja (CIC) nº 823.

A Igreja é [...], aos olhos da fé, indefectivelmente santa. Com efeito, Cristo, Filho de Deus, que é proclamado «o único Santo», com o Pai e o Espírito, amou a Igreja como sua esposa, entregou-Se por ela para a santificar, uniu-a a Si como seu Corpo e cumulou-a com o dom do Espírito Santo para glória de Deus» (294). “A Igreja é, pois, o povo santo de Deus” (295), e os seus membros são chamados “santos” (CIC nº 296).

A observação sobre a santidade vinculada ao fenômeno da fé ocorre por ser a fé o agente de mediação entre o normal e o sobrenatural. A fé é a única forma de percepção dos atos contrários ao mundo relacionado ao profano. Agir pela fé é agir de forma contrária ao profano e por isso mediado pela virtude dada pelo próprio Espírito Santo. A Igreja, como manifestação do corpo de Cristo, atende às definições mais sublimes de Santidade. O corpo de Cristo é naturalmente Santo por ser ele participe de toda junção entre Deus e o Bem.

Assim, por ter sido santificada por Cristo e ser santificadora também, a Igreja inclui em sua santificação os Santos como modelos e intercessores nas vidas dos crentes, além, claro, da Santa Virgem Maria que é eterna intercessora. Dessa forma, a santidade da Igreja é a origem da santificação de suas ovelhas que são seus filhos enquanto na terra estiverem que buscam a conversão e purificação de todos os seus pecados. O ato de intercessão pode significar uma atitude plenamente sublime, algo relacionado ao ‘cuidar’, ao ‘proteger’ e, principalmente, ao ato de ‘velar’ a alma daquele que ainda vive, de certa forma, relacionado ao aspecto profano e, por isso, dissociado do alvo da Santificação. O Catecismo da Igreja se manifesta da seguinte forma sobre esse aspecto:

A Igreja, unida a Cristo, é santificada por Ele. Por Ele e n'Ele toma-se também *santificante*. «Todas as obras da Igreja tendem, como seu fim, para a santificação dos homens em Cristo e para a glorificação de Deus». É na Igreja que se encontra «a plenitude dos meios de salvação». É nela que «nós adquirimos a santidade pela graça de Deus» (CIC nº 824).

Nesse contexto, o Catecismo da Igreja Católica traz em diversos pontos a santidade da Igreja Católica Apostólica, afirmando que Deus amou a sua Igreja e que esse amor santificou-a, e que seus membros são chamados santos. Vale ressaltar, à luz desse contexto, que o termo *Amor* é plenamente emblemático. O amor ao outro é viés esclarecedor e definidor da ação de Santificação. Amar um ser espiritualmente inferior, por sua vida profana, é uma atitude sublime que apenas o

corpo de Cristo, em sua ação Santa, pode inspirar. O CIC, por sua vez, segue se manifestando da seguinte forma:

«Na terra, a Igreja está revestida duma verdadeira, ainda que imperfeita, santidade». Nos seus membros, a santidade perfeita é ainda algo a adquirir: «Munidos de tantos e tão grandes meios de salvação, todos os fiéis, seja qual for a sua condição ou estado, são chamados pelo Senhor à perfeição do Pai, cada um pelo seu caminho» (CIC nº 825).

A ideia de imperfeição remete ao entendimento de algo que tem por objetivo a melhora, ou seja, entender a santidade como imperfeita pode ser vislumbrar uma perfeita santificação que ainda poderá ocorrer. Essa possibilidade pode surgir ou com a existência de novos mediadores e intercessores (Santos) ou ainda com a possibilidade de vivência plena no mundo Transcendente. Por isso, a santificação tem, fundamentalmente, na caridade a essência a virtude que conduz à salvação,

*A caridade é a alma da santidade à qual todos são chamados: «É ela que dirige todos os meios de santificação, lhes dá alma e os conduz ao seu fim» «Compreendi que, se a Igreja tinha um corpo composto de diferentes membros, o mais necessário, o mais nobre de todos não lhe faltava: compreendi que a igreja *tinha um coração*, e que esse *coração estava ardendo de amor*. Compreendi que *só o Amor* fazia agir os membros da Igreja; que se o *Amor* se apagasse, os apóstolos já não anunciariam o Evangelho, os mártires recusar-se-iam a derramar o seu sangue... Compreendi que *o Amor* encerra todas as vocações, que o Amor é tudo, que abarca todos os tempos e lugares [...] numa palavra, que ele é Eterno» (CIC nº 826).*

Por assim dizer, podemos admitir que um dos principais objetivos da Igreja Católica seja o de conduzir o homem, do processo de transfiguração de uma vida vocacionada ao mundo profano, a Santificação. O ser humano seria o maior alvo da Igreja visto que ela é responsável por seu processo de amadurecimento e de condução a uma vida dedicada aos princípios destinados ao Sagrado. É por isso que a igreja é santa, mesmo tendo dentro do seu seio o homem pecador, tendo em vista que a Igreja tem a graça santificadora de Jesus Cristo e aos homens pecadores cabe receber a santificação da igreja, buscando sempre uma vida de ascese, manifestado que a Igreja *“é santa, não obstante compreender no seu seio pecadores, porque ela não possui em si outra vida senão a da graça: é vivendo da sua vida que os seus membros se santificam;”* (CIC nº 827).

A Igreja ama o pecador, mas ojeriza o pecado, por isso quando seus membros caem em pecado impedem a irradiação da santidade da Igreja, devendo,

por isso fazer penitências por esta falta, manifestando o poder de cura da Igreja a seus filhos, utilizando para isso o dom do Espírito Santo e o Sangue de Cristo.

Sendo assim, o fiel que segue os mandamentos de Cristo manifestados na Santidade da Igreja, é reconhecido como Santo, passando, então, pela canonização pelo reconhecimento dos feitos heroicos, reproduzidos no Catecismo da Igreja Católica.

Ao *canonizar* certos fiéis, isto é, ao proclamar solenemente que esses fiéis praticaram heroicamente as virtudes e viveram na fidelidade à graça de Deus, a Igreja reconhece o poder do Espírito de santidade que está nela, e ampara a esperança dos fiéis, propondo-lhes os santos como modelos e intercessores (308). «Os santos e santas foram sempre fonte e origem de renovação nos momentos mais difíceis da história da Igreja (309)». «A santidade é a fonte secreta e o padrão infalível da sua atividade apostólica e do seu dinamismo missionário» (CIC nº 828).

O Catecismo da Igreja Católica coloca na pessoa da Santíssima Virgem Maria a perfeição da Igreja, sem mancha e sem ruga, contudo, o fiel de Cristo ainda tem um longo percurso para trabalhar seus pecados, tendo, na Santíssima Virgem, a certeza da santidade, pois “*nela, a Igreja é já plenamente santa.*” (CIC nº 829).

A Igreja é santa por seu criador, Deus santíssimo, e “Cristo, seu Esposo, por ela Se entregou para santificar; vivifica-a o Espírito de santidade. Embora encerra pecadores no seu seio, ela é ‘a sem-pecado feita de pecadores’. Nos santos brilha a sua santidade; em Maria, ela é já totalmente santa (CIC nº 867).

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja afirma peremptoriamente que a Igreja é Santa por que é favorecida pelos ensinamentos de Cristo propostos nos Evangelhos aos Seus discípulos, sendo enviado no dia de Pentecostes o Espírito santificador e vivificador da Igreja, afirmando que

Consumada a obra que o Pai confiou ao Filho para Ele cumprir na terra (cfr. Jo. 17,4), foi enviado o Espírito Santo no dia de Pentecostes, para que santificasse continuamente a Igreja e deste modo os fiéis tivessem acesso ao Pai, por Cristo, num só Espírito (cfr. Ef. 2,18). Ele é o Espírito de vida, ou a fonte de água que jorra para a vida eterna (cfr. Jo. 4,14; 7, 38-39); por quem o Pai vivifica os homens mortos pelo pecado, até que ressuscite em Cristo os seus corpos mortais (cfr. Rom. 8, 10-11). O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis, como num templo (cfr. 1 Cor. 3,16; 6,19), e dentro deles ora e dá testemunho da adoção de filhos (cfr. Gál. 4,6; Rom. 8, 15-16. 26). A Igreja, que Ele conduz à verdade total (cfr. Jo. 16,13) e unifica na comunhão e no ministério, enriquece-a Ele e guia-a com diversos dons hierárquicos e carismáticos e adorna-a com os seus frutos (cfr. Ef. 4, 11-12; 1 Cor. 12,4; Gál. 5,22). Pela força do Evangelho rejuvenesce a Igreja e renova-a continuamente e leva-a à

união perfeita com o seu Esposo (3). Porque o Espírito e a Esposa dizem ao Senhor Jesus: «Vem» (cfr. Apoc. 22,17)! Assim a Igreja toda aparece como “um povo unido pela unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo”.

A Igreja é Santa, pois tem o seu fim último que é o advento do reino de Deus, estabelecendo a salvação de todo o gênero humano por intermédio de Jesus Cristo que é o Alfa e o Ômega, pois o poder da Igreja deriva do fato da Igreja ser o ‘sacramento universal da salvação’, “manifestando e atuando simultaneamente o mistério do amor de Deus pelos homens” (*Gaudium et Spes*).

A Igreja é Santa, porém não pelas suas próprias vontades, mas pela vontade de Deus que é Santo, haja vista que Deus ama a Igreja, comunidade de mulheres e homens que professam um único Deus em três pessoas, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, que deu seu único Filho para que todos os membros da Igreja que crêm tenham a vida eterna ao Seu lado.

A comunidade da Igreja também se torna santa com o batismo em um círculo sagrado de santidade: Deus, a Igreja e o homem, sendo os dois últimos santificados pela graça eterna do Primeiro, expressado dessa forma por São Clemente de Alexandria:

que estupendo mistério! Há um único Pai do universo, um único Logos do universo e também um único Espírito Santo, idêntico em todo lugar; há também uma única virgem que se tornou mãe, e me agrada chamá-la Igreja (CIC nº 813).

3.2 Caminhos para a Santificação

Pensar sobre uma possibilidade capaz de conduzir o homem a um caminho plenamente vocacionado pelos princípios da santificação é entender o homem, no mínimo, como membro efetivo do Corpo de Cristo. Isso porque, aparentemente, é nesse conluio de pessoas que o homem vê a si mesmo e aos outros como seres capazes de se incluírem no processo de santificação do mundo, ou seja, uma disjunção do homem do campo profano para o campo do sagrado.

Nessa proposta, a graça de Deus é o que é necessário para que uma pessoa se torne santo, e mais nada. A graça de Deus é a condição que permite ao homem sair do campo destinado aos sofredores, aqueles que não vislumbram da Glória da Santíssima Trindade e vivem uma vida dedicada ao opróbrio, e emergirem. Cabe ao

homem tornar-se Santo, cumprir, nesse caso, o objetivo de Deus e da Instituição Sagrada da Igreja.

É sobre essa perspectiva que se manifestou o Cardeal José Saraiva Martins ao realizar uma reflexão que foi devidamente publicada na Congregação para as Causas dos Santos, no site do Vaticano, quando analisa “o significado dos santos hoje num mundo em mudança”, em observância à Páscoa afirma que:

Para fazer de um homem um santo, só é necessária a Graça. Quem duvida disto não sabe o que é um santo, nem o que é um “homem”, observava Pascal com o seu esmero característico nos *Pensamentos*. Recorro a esta observação para indicar as duas perspectivas destas reflexões: no santo convergem a celebração de Deus (nomeadamente, da sua Graça) e a celebração do homem, nas suas potencialidades, nos seus limites, nas suas aspirações e nas suas realizações. (Site: www.vatican.va/roman_curia/congregations/csaints/index_po.htm).

Dessa forma, a pessoa canonizada é aquela que encontrou graça diante de Deus. A graça de Deus é a condição para que o indivíduo passe a permear um novo paradigma de vida, aparentemente, cabe à graça de Deus a condução do homem ao processo primeiro de santificação. Assim, a partir daí, da graça, o homem pode ser admitido como pleiteador da augusta contemplação de sua glória, iniciando, nesse caso, o caminho da santificação. Por isso, serão citados alguns exemplos de pessoas que se tornaram santas pela graça de Deus.

É mister a observação de que no passado da Igreja católica os santos eram considerados como personagens míticos da fé cristã, a conduta e virtudes das pessoas para se tornarem santas tinham que ser esplendorosas, passando por terríveis provações para demonstrar sua fé, tendo que, após a morte, realizar milagres ou feitos extraordinários, feitos de grande valor, permeando, é claro, ações impossíveis para seres humanos normais, que, por serem seres humanos (profanos) tinham defeitos, fraquezas e pecavam.

Essa saga percorrida pelos primeiros santos foi em muito mitigada pelo Papa João Paulo II que definiu, após dois mil anos da história da Igreja, o que mais canonizou, ou seja, canonizou 447 Santos, sendo que, todos os outros duzentos e sessenta e três papas anteriores realizaram 302 canonizações.

É com essa disposição que o Papa João Paulo II promoveu, de uma só vez, em outubro de 2000, 120 canonizações de chineses que foram martirizados entre 1648 e 1930, destacando, ainda, que outras 1.052 pessoas foram beatificadas.

Com essa disposição ao Pontificado, em 22 anos de ministério, o Papa João Paulo II percorreu 118 países em mais de 1 milhão de quilômetros. Realizando missas no Vaticano chegou ao número de 100 milhões de fieis que participaram dessas missas, ou seja, nenhum outro Papa foi tão atuante na evangelização e canonização.

Verificam-se as diversidades de pessoas que foram beatificadas e canonizadas em seu papado.

Os santos de João Paulo II, ao contrário, são pessoas comuns, sem nenhuma outra característica marcante que não seja ter levado uma vida honesta, fazendo o bem, rezando e seguindo os ensinamentos de Cristo. Nessa galeria de santos gente-como-a-gente há um jovem estudante, alpinista e jogador de futebol, uma pediatra mãe de família, uma empregada doméstica e um mordomo negro haitiano cuja biografia registra como feito mais notável ir à missa em Nova York todos os domingos e se dar bem com a vizinhança.

"Esse papa tem uma visão generosa do ser humano", diz o professor e psicólogo Ivan Rojas, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. "Ele acredita que qualquer pessoa pode ser santa, ainda que sem realizar nenhum feito extraordinário. A santidade não está mais confinada aos mosteiros e às sacristias. É uma vocação natural dos cristãos." Tome-se o caso do estudante italiano Pier Giorgio Frassati filho do fundador e diretor do jornal *La Stampa*, de Turim, Pier foi um jovem absolutamente normal. Gostava de esportes e excursões e estudou engenharia de minas. Morreu aos 24 anos, de poliomielite, e foi beatificado em 1990. Um dos motivos de sua beatificação, citados pelo Vaticano, é que, nas horas vagas, Pier visitava os pobres e ajudava as pessoas necessitadas. Também organizou a Federação dos Universitários Católicos italianos. São razões nobres e merecedoras de admiração por parte da Igreja, mas no passado dificilmente alguém tão jovem e com um currículo tão modesto de boas ações seria promovido a santo¹³

Cabe nota o registro de que, aparentemente, o elemento de santificação pode estar além de um domínio específico de abrangência da Igreja. Isso pode ocorrer se entendermos o processo de santificação como uma determinação de uma conjuntura universalizada. Pensar sobre o Santo pode ser também que seja admitido como agente leigo, tendo sua ação comportamental como fator de análise, assim afirma Karl Rahner em sua obra *Curso Fundamental da Fé* (1989).

Seguindo essa possibilidade, em um exemplo atual de beatificação, no Brasil, na data de 04 de maio de 2013, foi reconhecida como beata a serva de Deus Francisca de Paula de Jesus, conhecida como Nhá Chica, pessoa simples e de poucos recursos financeiros que teve uma vida dedicada a Deus.

¹³ Fragmento retirado do sitio <http://www.RevistaVejaonline.com>. Ed 1680 de 20 de dezembro de 2000.

A Congregação para as Causas dos Santos enviou uma comissão para iniciar os trabalhos processuais de beatificação de Nhá Chica em 1989. Após sério e rígido levantamento, o Vaticano reconheceu e aprovou o registro de um milagre atribuído à Nhá Chica, propiciando que, no ano de 2011, após a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) soltar uma nota destacando que a beatificação teria um significado importante para a Igreja, o papa Bento XVI assinou o decreto de beatificação de Nhá Chica no mês de junho de 2012.

É Interessante observar que Nhá Chica era analfabeta e filha de escravos, logo cedo ficou órfã tendo uma vida de pobreza e simplicidade. Devota de Nossa Senhora da Conceição, Nhá Chica dedicou sua vida para servir as pessoas na escuta e no aconselhamento dos que mais necessitavam, recebendo, por isso, o título de Mãe dos Pobres pelos pobres que eram atendidos.¹⁴

¹⁴ Francisca de Paula de Jesus, nasceu no Distrito de Santo Antônio do Rio das Mortes em São João Del Rey –MG. Em 1818, com apenas 10 anos de idade, a mãe de Nhá Chica faleceu deixando Francisca Paula de Jesus e seu irmão, então com 12 anos órfãos. Nhá Chica nunca se casou. Ainda muito jovem, era procurada para dar conselhos, fazer orações e dar sugestões para pessoas que lidavam com negócio. Muitos não tomavam decisões sem primeiro consultá-la, e para tantas pessoas, ela era considerada uma "santa". Sua fama de santidade foi se espalhando de tal modo que pessoas de muito longe começaram a visitar Baependi MG para conhecê-la. Em 1954, a Igreja de Nhá Chica foi confiada à Congregação das Irmãs Franciscanas do Senhor, que criou uma obra de assistência social para crianças. A Igreja passou a ser "Santuário Nossa Senhora da Conceição" que acolhe Peregrinos de todo o Brasil e de diversas partes do mundo. Atualmente, no "Registro de graças do Santuário", podem-se ler aproximadamente 20.000 graças alcançadas por intermédio de Nhá Chica. A Venerável morreu no dia 14 de junho de 1895, estando com 87 anos de idade, mas foi sepultada somente no dia 18, no interior da Capela por ela construída. As pessoas que ali estiveram sentiram exalar-se de seu corpo um misterioso perfume de rosas durante os quatro dias de seu velório. Tal perfume foi novamente sentido no dia 18 de junho de 1998, 103 anos depois, por Autoridades Eclesiásticas e por membros do Tribunal Eclesiástico pela Causa de Beatificação de Nhá Chica. É reconhecida como Venerável, uma vez que o Santo Papa Emérito Bento XVI, na manhã da sexta-feira, dia 14 de janeiro de 2011, aprovou as suas virtudes heroicas. Ainda em vida Nhá Chica passou a ser aclamada pelo povo como 'a Santa de Baependi', por sua fé e clarividência. Já foi Serva de Deus, título que recebeu oficialmente da Congregação das Causas dos Santos do Vaticano, em 1991. A grande graça atribuída a Nhá Chica refere-se à professora Ana Lúcia Meirelles Leite, moradora de Caxambu, Minas Gerais. A professora e dona de casa foi curada de um problema congênito muito grave no coração, sem precisar passar por cirurgia, apenas pelas orações de Nhá Chica. O fato se deu em 1995. A graça foi aceita pelo Vaticano. O início da campanha pela canonização se deu pela primeira vez em 1952. Depois de alguns anos uma nova instalação da Comissão em prol da Beatificação teve início em 1989 e depois foi instalada em definitivo em 14 de janeiro de 1992. Mas em 1991, Nhá Chica já tinha recebido da Congregação das Causas dos Santos do Vaticano o título de Serva de Deus. O Processo Informativo Diocesano começou em 16 de julho de 1993, tendo sido encerrado em 1995, quando foi para Roma. O Relator deste processo foi o Pe. José Luís Gutiérrez. A causa então ficou parada até 1998, quando assumiram como Postulador Frei Paolo Lombardo (ofm) e como vice-postuladora Ir. Célia Cadorin (ciic). Atualmente o Postulador é Dr. Paollo Villotta. Em 18 de junho de 1998 foi feito o reconhecimento dos restos mortais de Nhá Chica, na presença de autoridades eclesásticas, de membros do Tribunal Eclesiástico pela Causa de Beatificação de Nhá Chica e médicos legistas. Ainda em 1998, o Tribunal Eclesiástico Pela Causa de Beatificação de Nhá Chica apresentou à Diocese de Campanha um provável milagre para ser enviado e analisado pelo Vaticano. A publicação da 'Proposição', documento que reúne todos os dados e testemunhos

Karl Rahner na sua obra *Curso Fundamental da Fé (1989)* utiliza dos estudos teológicos e do fundamentalismo dogmático na intenção de contextualizar a possibilidade de o homem atual conseguir vivenciar diretamente a Deus sem intercessores, por intermédio da “autocomunicação” de Deus aos homens.

A *autocomunicação* divina ocorre no sentido de que Deus pode comunicar sua própria realidade a uma realidade não divina. Para que isso ocorra, é necessário que ocorra sem que se deixe a realidade infinita e mistério absoluto e sem que o homem deixe de ser o ente finito e distinto de Deus. Isso busca enfatizar o tema de que pode a salvação ser prometida e ofertada a todo homem, indiferentemente do tempo e espaço que ocupe, bastando apenas para sua salvação à manifestação de atos livres virtuosos ou, pelo contrário, o acesso à dogmática cristã é condição imprescindível para a salvação humana.

Nessa perspectiva, Rahner trabalha as três primeiras seções de sua obra como base para se atingir a mensagem cristã sobre o homem, buscando fazer com que seja atingido o “núcleo mais íntimo da compreensão cristã da existência”, afirmando que “o homem é evento de absoluta, livre, gratuita e indulgente autocomunicação de Deus” (1989, p. 145).

Esta mensagem seria a “autocomunicação” ontológica, em um sentido restrito à ontologia que corresponde à natureza do homem enquanto ser, com responsabilidade pessoal, consciência de si e liberdade.

A *autocomunicação* de Deus tem sua análise refletida dentro da dogmática cristã quando estão presentes a doutrina da graça e a doutrina da visão definitiva de Deus. A doutrina da graça e a doutrina da visão definitiva de Deus, na mais estreita

recolhidos durante a fase Diocesana, corresponde à primeira etapa do processo de beatificação e aconteceu no dia 30 de outubro de 2001. O documento seguiu para o Vaticano para ser apreciado pela Congregação das Causas dos Santos. Em 30 de abril de 2004, os religiosos brasileiros reunidos na 42ª Assembleia Geral de Bispos do Brasil (CNBB) assinaram um documento pedindo pela beatificação de Nhá Chica. O documento que reuniu 204 assinaturas de Bispos de 25 estados brasileiros foi encaminhado pela Diocese de Campanha ao então Papa João Paulo II. No dia 8 de junho de 2010, no Vaticano, deram parecer favorável às virtudes da Serva de Deus Nhá Chica, e no dia 14 de janeiro de 2011, Papa Bento XVI aprovou as suas virtudes heroicas: castidade, obediência, fé, pobreza, esperança, caridade, fortaleza, prudência, temperança, justiça e humildade. Este foi mais um passo em direção à beatificação. Em 14 de outubro de 2011 o Milagre é reconhecido. A comissão médica da Congregação das Causas dos Santos analisou o milagre ocorrido por intercessão da Venerável Nhá Chica em favor da senhora Ana Lúcia. Todos os 07 médicos deram voto favorável: a cura não tem explicação científica. O Estudo do Milagre pela comissão de Cardeais da Santa Sé aconteceu em 5 de junho de 2012. O Santo Papa Bento XVI promulgou o Decreto da Beatificação de Nhá Chica, sendo que a cerimônia oficial foi realizada no dia 04 de maio de 2013, em Baependi (MG). (site: <http://www.nhachica.org.br>).

unidade entre si, têm a graça a partir da visão sobrenatural imediata de Deus. Motivo em que a visão sobrenatural imediata de Deus constitui o fim e a consumação do homem, em que, a *autocomunicação* de Deus, proporciona ao homem dizer “sim” ou “não” de acordo com sua livre vontade, sendo subdividida em duas modalidades. A modalidade da situação, que é anterior à oferta da liberdade do homem; e na modalidade da tomada de posição frente a esta oferta oferecida da liberdade, o que vem a proporcionar ao homem a oportunidade do acolhimento da autocomunicação de Deus.

Por assim se dispor, a história individual e coletiva do ser humano tem uma transcendentalidade divinizada do homem, enquanto vivenciada e consumada pela divinização da autocomunicação de Deus, sendo que, acontece e não existe simplesmente, podendo se afirmar, por isso, que o homem é “o evento da livre, gratuita e indulgente automunicação de Deus”, sendo este o fundamento da temática sobre o princípio e o fim da história do homem.

Rahner (1989) ainda observa que o cristianismo é “a proclamação de uma história da salvação, de um agir em função da própria Salvação e, por isso, revelador de Deus para o homem e com o homem”, e não um “ensinamento sobre condições, fatos, realidades que sempre se apresentam iguais”, mas sim uma história de salvação e também de não-salvação.

Por isso, a história de salvação está intrínseca no cristianismo, pois o cristianismo pretende ser a salvação e revelação para todos os homens até o fim da história, afirmando que Deus já se comunicou a si próprio para ser o “centro mais íntimo de tudo”.

A partir, então, do salvador e da liberdade do homem em aderir a orientação de entrar em “comunhão de aliança com o mistério santo, que chamamos Deus” (p. 174) será salva, nem que seja nos seus últimos instantes de vida, pois a pessoa que não se fecha para Deus em um último ato de sua vida e liberdade por pecado livre e pessoal, essa pessoa encontra a salvação.

Comprova-se, desta forma, que a história universal do mundo significa história da salvação do homem ofertada por Deus, pois trata-se da auto-oferta de Deus, em que ele se comunica absolutamente à totalidade do homem, pois ela constitui a realização plena e acabada da transcendência do homem, na qual este transcende para o próprio Deus absoluto.

Sendo assim, a história da salvação ou não-salvação está na auto-oferta de Deus, por Deus proposta livremente e pelo homem livremente acolhida ou rejeitada. Sendo a autocomunicação de Deus o evento acolhido ou recusado pela liberdade fundamental do homem que faz parte dessa história e aí acontece.

A autocomunicação foi livremente acolhida pelo médico e Santo italiano Giuseppe Moscati, pois foi uma pessoa cristã que ajudava os doentes pobres, apesar de trabalhar intensamente, participava diariamente da missa sem esquecer-se de Deus. Giuseppe, pelo seu acolhimento a Cristo e, por consequência, ao próximo, foi canonizado em 1987.

Outra Santa de valor inexorável foi Ângela Salawa. Ângela, por sua vez, trabalhava de empregada doméstica na Polônia e foi beatificada pelo Papa João Paulo II porque, quando ficava livre do serviço de doméstica, ajudava no atendimento dos feridos da I Guerra Mundial em um hospital da Cracóvia.

Requer nota que todas essas beatificações e canonizações somente foram possíveis porque o Papa João Paulo II simplificou todo o processo canônico que durava em média cinquenta anos. Esse fato fez com que o processo reduzisse para cinco anos a exigência de tempo mínimo entre a morte da pessoa e o início do processo de santificação.

Nesse mesmo contexto, Katharine Drexel foi canonizada após 45 anos de sua morte, ao argumento que utilizou sua fortuna, algo em torno de 20 milhões de dólares em obras missionárias que ajudou a fundar.

Anterior ao Papa João Paulo II as dificuldades de canonização se refletiam até nos Papas, pois, dos duzentos e sessenta e quatro Papas apenas setenta e oito se tornaram Santos, sendo desses, vinte e quatro foram canonizados por serem mártires e não por serem Papas, que morreram em defesa da fé, sendo que, a maioria dos Papas canonizados foi do primeiro milênio da Igreja e após o milênio somente cinco papas foram canonizados, o que demonstra o altíssimo grau de dificuldades de se atingir o *status* de santidade¹⁵.

Ainda tratando sobre o aspecto acima descrito, busca-se, em uma analítica, determinar, afinal, qual a quantidade de Santos Canonizados até o primado do Papa Francisco. Inicialmente, parte-se do período desde 1588 quando foi instituída a

¹⁵ Fragmento retirado do sitio <http://veja.abril.com.br/20120> em 20 de novembro de 2013.

Congregação das Causas dos Santos (antes chamada dos Ritos), até ao começo do primado de João Paulo II, os Santos contavam-se 296 e os Beatos 808.

Ao longo de todo o pontificado, João Paulo II canonizou 482 Santos, sendo que 400 destes são mártires e 59 confessores. Proclamou, também, 1274 Beatos (1.019 mártires e 255 confessores). Igualmente, concedeu a Santa Teresinha do Menino Jesus o título de Doutora da Igreja e, como Padroeiros da Europa, ao lado de São Bento, os Santos Metódio e Cirilo e as Santas Catarina de Sena, Brígida, e Teresa Benedita da Cruz (Edith Stein).

Destaca-se que o Papa Emérito Bento XVI canonizou 44 novos santos em oito anos de pontificado.

O Papa Francisco canonizou, na data de 05 de maio de 2013, os três primeiros santos do seu pontificado. Antonio Primaldo, um sapateiro do séc. XV; Laura de Santa Caterina de Siena Montoya, de origem colombiana e fundadora das Missionárias de Maria Imaculada e Santa Catarina de Sena; e Maria Guadalupe Garcia Zavala, mexicana e fundadora das Servas de Santa Margarida Maria e dos Pobres.

É importante destacar que durante a cerimônia da canonização dos três santos, também foram canonizados 802 mártires, mortos por decapitação por terem se recusado a passarem para a religião Islâmica, ocorrido no ano de 1480.

Tem-se, então, 1.633 Santos e 2.076 Beatos, aproximadamente, tendo em vista que as beatificações e canonizações ocorrem intempestivamente.

Os canonizados foram escolhidos pelo Papa Emérito Bento XVI quando ainda não havia renunciado, indicando os nomes e as datas da proclamação, cabendo tão somente ao Papa Francisco proceder a honraria.

Durante a cerimônia de canonização o Papa Francisco conclamou aos cristãos, mesmos perseguidos pelo mundo, que tivessem coragem para "responder ao mal com o bem".

Os mártires eram pessoas simples como Antonio Primaldo¹⁶ que era um sapateiro humilde, de origem Otranto, que fica no sul de Itália. Antônio com mais 800 companheiros foram decapitados em 13 de Agosto de 1480, em Otranto, pelas tropas turcas, por terem se recusado a converterem-se ao Islão, tendo como algoz o comandante Gelik Achmet Pascia.

¹⁶ Fragmento retirado do sitio <http://www.revista.arautos.org.br> em 14 de novembro de 2013.

O comandante Turco ordenou que fossem conduzidos à sua presença, todos os homens que tivessem mais de 15 anos e que os mesmos, em alta voz, renunciassem ao cristianismo e aderissem à religião islâmica, tendo como resultado o discurso de Antônio Primaldo que assim falou: “Consideramos Jesus Cristo o nosso Senhor e o verdadeiro Deus. Preferimos mil vezes morrer a renunciá-Lo e tornarmo-nos turcos”¹⁷. Diante desta frase de Antônio Primaldo, o comandante determinou a decapitação dos 800 homens ali presentes, sendo que, somente no ano de 1481 os corpos foram encontrados e tiveram um sepultamento na igreja local.

Em 1539 iniciou-se o recolhimento dos testemunhos que comprovassem aquele episódio sendo que, em 1771 foi assinado um decreto reconhecendo a beatificação dos mártires pelo então Papa Clemente XIV.

A última prova que faltava de um milagre de cura de uma religiosa com cancro já em fase terminal foi decisiva para que houvesse o reconhecimento por parte da Congregação da Causa dos Santos e confirmação pelo Papa Bento XVI com os nomes e data para a cerimônia de canonização, porém, com a renúncia do Papa, coube ao Papa Francisco finalizar a cerimônia e canonizar os mártires.

Os elementos aqui demonstrados nos fazem pensar e indicam algumas perguntas. Primeiramente uma análise: se houvesse uma redução do número de cristãos que durante toda a vida viveram em pura santidade, comparado aos que foram canonizados ou proclamados Beatos, teríamos com puro desgosto, assumir a derrota da Igreja que anseia na missão de nos tornarmos santos para alcançarmos o reino do céu. Mas, para nosso contentamento, isto não é assim, visto que, sendo poucos ou muitos, nunca em nenhuma época, faltaram Santos, sendo estes num total bastante satisfatório, cuja comemoração é celebrada na solenidade de Todos os Santos.

Na igreja é sabido, por todos os seguidores, que ela busca e segue seus preceitos, estando unida aos santos que já se encontram na graça de Deus pela morte. Estes santos, que já alcançaram a glória eterna, são exemplos de que a busca da santidade é possível, pois foram pessoas comuns que por seus atos heroicos, purificaram suas almas e lapidaram seus momentos de entrarem no Céu.

¹⁷ Bis Idem.

Nós nos sentimos ligados com eles, em plena comunhão espiritual, como aprendemos no capítulo VII da Constituição *Lumen Gentium* n° 49,

porque os bem-aventurados, estando mais intimamente unidos com Cristo, consolidam mais firmemente a Igreja na santidade, enobrecem o culto que ela presta a Deus na terra, e contribuem de muitas maneiras para a sua mais ampla edificação em Cristo (cfr. 1 Cor. 12, 12-27) (148). Recebidos na pátria celeste e vivendo junto do Senhor (cfr. 2 Cor. 5,8), não cessam de interceder, por Ele, com Ele e n'Ele, a nosso favor diante do Pai (149), apresentando os méritos que na terra alcançaram, graças ao mediador único entre Deus e os homens, Jesus Cristo (cfr. 1 Tim., 2,5).

3.3 A Santidade e a Igreja

Uma das principais formas de percepção da Santidade e sua característica de integração entre a ação do sublime (transcendente e Sagrado) e o mundo natural dos homens (imanente e profano) está nas descrições sugeridas pelo próprio Cristo. Isso porque Jesus foi um missionário que buscou a transformação de todos os humanos em seres iluminados pela Graça de Deus e, por isso, Santos. Toda conjuntura espiritual de Cristo era iluminada pela busca por fazer dos homens pessoas partícipes do Corpo de Cristo. Estrutura mediada por pessoas separada, seguidoras de seus exemplos e dedicadas na interferência de Deus na terra.

É exemplo de toda essa condição, acima descrita, algumas célebres passagens, descritas pela Sagrada Escritura Cristã, dentre elas, destacaremos três: uma em que Jesus ensina a seu povo e discípulos o caminho da Santidade no Sermão da Montanha, outra em que Jesus indica ser Ele o Caminho natural para uma vida mais leve e dedicada a Santidade e, finalmente, a passagem em que Jesus indica ser ele a verdade maior e o símbolo de uma vida vocacionada à Santidade.

Vejamos inicialmente a perícopes de descrição do Sermão da Montanha:

1 Jesus, pois, vendo as multidões, subiu ao monte; e, tendo se assentado, aproximaram-se os seus discípulos, 2 e ele se pôs a ensiná-los, dizendo: 3 Bem-aventurados os humildes de espírito, porque deles é o reino dos céus. 4 Bem-aventurados os que choram, porque eles serão consolados. 5 Bem-aventurados os mansos, porque eles herdarão a terra. 6 Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça porque eles serão fartos. 7 Bem-aventurados os misericordiosos, porque eles alcançarão misericórdia. 8 Bem-aventurados os limpos de coração, porque eles verão a Deus. 9 Bem-aventurados os pacificadores, porque eles serão chamados filhos de

Deus. 10 Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o reino dos céus. 11 Bem-aventurados sois vós, quando vos injuriarem e perseguirem e, mentindo, disserem todo mal contra vós por minha causa. 12 Alegrai-vos e exultai, porque é grande o vosso galardão nos céus; porque assim perseguiram aos profetas que foram antes de vós (Mt 5, 1-12) (BÍBLIA TRADUÇÃO ECUMÊNICA. Edições Loyola : São Paulo, 1994).

O Sermão da Montanha certamente é uma das mais célebres passagens bíblicas e certamente é uma das passagens que melhor descreve a situação de busca do homem pelo caráter de santidade. É por isso que, hermeneuticamente, Jesus Cristo estabelece certo manual de Santidade e põe sob a alcunha do Bem-aventurado a responsabilidade do termo Santo.

Seguindo ainda a mesma linha hermenêutica, estamos então descrevendo a ideia de que uma melhor possibilidade de interpretação seria trocarmos o termo Bem-aventurado, pelo termo Santo, assim, partindo da premissa que essa perícopé representa um manual de santidade teríamos: Santo serão os humildes de espírito (dos Santos é o reino dos Céus); Santos são os que choram (consolo dado pelo Espírito Santo); Os Santos são mansos (herança da terra); Os Santos possuem fome e sede por justiça; os Santos são misericordiosos (terão recebido a misericórdia); Os Santos possuem coração imaculado (podem ver a Deus); os Santos são pacificadores (são filhos de Deus); os Santos são perseguidos (mártires); Os Santos serão perseguidos, injuriados e alvos de mentiras (mártires).

Por assim dizer, podemos identificar no Sermão da Montanha uma proposta pedagógica em que o próprio Filho de Deus ensina seus discípulos e povo ao cumprimento de certas etapas de um processo claro de santificação. Essa forma de construção hermenêutica também pode ser encontrada na identidade de Cristo. Definir Cristo mediante a fé é dar a ele uma condição extraordinária, capaz de compor *pari passu* uma descrição de apontamento que pode levar o homem a ser de fato Santo.

Cabe ressaltar que o texto mateano possui uma aparente ação voltada para o processo de esclarecimento sobre o mundo social em que Jesus vivia com seus discípulos. Por isso, a identificação de que havia um interesse evangelístico em voltar o crente para o aspecto da santidade. Por isso, concordamos com Overman (1997, p. 61) em estabelecer certa relação entre aquilo que era pregado por Jesus e toda a condição social em que a sociedade mateana vivia à luz da ideia do Cristo.

Assim, pensar o Santo e o processo de Santidade é identificar interesses evangelísticos e, para a descrição de Mateus, algo que pudesse transformar a sociedade dos cristianismos originários, visto que ela se mostrava como multiplicadora de uma realidade da época em sua dinâmica social.

Por isso, é importante ainda emitirmos nota acerca de uma segunda perícope, nela Jesus Cristo reconhece o mundo profano e convida a humanidade para experimentar uma vida vocacionada a Santidade.

Vejamos a Perícope:

28 Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei. 29 Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração; e encontrareis descanso para as vossas almas. 30 Porque o meu jugo é suave e o meu fardo é leve (Mt 11, 28-30).

Seguir Jesus significa, à luz da perícope, um descanso, um rompimento daquilo que havia no mundo profano e uma nova admissão, mais leve, sem o fardo pesado dos artifícios de dedicação àquilo que pode ser identificado como uma vontade diferente da vontade de Deus. Seguir a Jesus é ter uma vida leve, Santificada e de dedicação ao outro. Assim como Jesus faz na perícope os Santos passam a fazer em sua vida cotidiana.

Assim, o papel do Santo, conforme fez Jesus, é ao de ser um agente de alívio para aqueles que vivem dificuldades, aqueles que carregam o fardo da pobreza, da doença, da prisão e toda possibilidade de infortuna.

Já na terceira possibilidade hermenêutica de entendermos Jesus como mediador da Santidade, temos o Cristo indicando o caminho para a Santidade, o caminho para que a pessoa comum se torne um Santo, que seja visto pelos homens de uma forma diferente.

Jesus Cristo assim se coloca como o Caminho, como a Verdade e como a Vida, Jesus indica não haver uma vida a não ser aquela dedicada a espiritualidade e Santidade, uma vida vocacionada ao cuidado do outro. Na verdade, aparentemente, Jesus indica ser ele sinônimo de Santidade e convida os fieis assumirem junto dele esse caráter, permitindo à humanidade uma junção de si (homens) em função do outro (bem).

Vejamos, especificamente, esse caráter de Jesus em mais uma perícope:

1 Não se turbe o vosso coração; credes em Deus, crede também em mim. 2 Na casa de meu Pai há muitas moradas; se não fosse assim, eu vo-lo teria dito. Vou preparar-vos lugar. 3 E quando eu for, e vos preparar lugar, virei outra vez, e vos levarei para mim mesmo, para que onde eu estiver estejais vós também. 4 Mesmo vós sabeis para onde vou, e conheceis o caminho. 5 Disse-lhe Tomé: Senhor, nós não sabemos para onde vais; e como podemos saber o caminho? 6 Disse-lhe Jesus: Eu sou o caminho, e a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai, senão por mim. 7 Se vós me conhecêsseis a mim, também conheceríeis a meu Pai; e já desde agora o conheceis, e o tendes visto (Jo 14, 1 – 7).

Curiosamente o ideal de salvação proposto por Jesus considera o ser humano em uma busca incondicional por sua salvação. A salvação da alma, nesse caso, indica que aquele que foi salvo, ou está nas vias da salvação, vive uma vida diferenciada. A Igreja Católica, diante disso, assume para si o papel da interpretação de ações vocacionadas e inspiradas pelas instruções de Jesus Cristo. Essa forma de percepção e sistematização é implementada pela Congregação para as Causas dos Santos.

A Congregação para as Causas dos Santos (CCS), que em latim significa *Congregatio de Causis Sanctorum*, disponibiliza as normas a serem observadas na Instrução Diocesana das Causas dos Santos, *Sanctorum Mater*, por intermédio da Constituição Apostólica *Divinus Perfectionis Magister* de 25 de janeiro de 1983. De forma prática, a CCS possui subordinação direta do Sumo Pontífice e está no organograma da Igreja Católica, sendo responsável por mediar e garantir o cumprimento dos princípios assegurados por Jesus na percepção de ações santas e, por isso, sagrado.

É com essa perspectiva que a Congregação para as Causas dos Santos é uma prefeitura da Cúria Romana que cuida de todo o processo, que é muito complexo. Para que seja determinada a canonização ou não de uma pessoa candidata a Santa, ela terá inicialmente um milagre admitido e, por isso, será beatificada, após esse ato, e mediante um ou mais milagres, essa pessoa avançará de beatificada para canonizada e se tornará Santa da Igreja Católica Apostólica Romana.

Anteriormente, o nome da Congregação para as Causas dos Santos tinha o nome de Sagrada Congregação dos Ritos, colocado pelo Papa Sixto V, para regular o processo que santificava os santos, utilizando, à época, 22 de janeiro de 1588, a bula papal *Immensa Aeterni Dei*, que veio a ser modificada pelo Papa Paulo VI, em

08 de maio de 1969, criou a Constituição Apostólica *Sacra Rituum Congregatio*, dividida em duas congregações, a do Culto Divino e a das Causas dos Santos.

Somente em 1983, com o Colégio de Relatores, o Papa João Paulo II, formalizou uma nova congregação para processar as causas que declaravam os candidatos Servos de Deus, que processam o início e o término de todas as causas dos candidatos, primeiro a beatificação, com a *Index ac status causarum*, e a *Sanctorum Mater* para a Congregação para a Causa dos Santos.

Sendo assim, foi publicada a Introdução da Instrução para a realização dos Inquéritos diocesanos ou das eparquias nas Causas dos Santos que assim relatava:

Mãe dos Santos, a Igreja tem sempre conservado a sua memória, propondo aos fiéis exemplos de santidade na *sequela Christi*. Ao longo dos séculos os Romanos Pontífices preocuparam-se em emanar normas adequadas para facilitar a obtenção da verdade numa matéria de tão grande importância para a Igreja. Nos nossos tempos, o Sumo Pontífice João Paulo II promulgou, a 25 de Janeiro de 1983, a Constituição Apostólica *Divinus perfectionis Magister* na qual se estabeleceu, entre outras coisas, o processo para os Inquéritos diocesanos, ou das eparquias, feitos pelos Bispos em vista da beatificação e da canonização dos Servos de Deus.

Na mesma Constituição Apostólica, o Sumo Pontífice concedeu à Congregação das Causas dos Santos a faculdade de emanar normas peculiares para a realização de tais Inquéritos que têm por objecto a vida, as virtudes, a fama de santidade e de sinais, ou a vida, o martírio, a fama de martírio e de sinais dos Servos de Deus, e os presumíveis milagres atribuídos à intercessão dos Beatos e dos Servos de Deus, e eventualmente, o culto antigo de um Servo de Deus.

Ele também revogou as disposições promulgadas pelos seus Predecessores e as normas estabelecidas pelos cânones do *Código de Direito Canónico* de 1917 nas causas de beatificação e de canonização.

Com data de 7 de Fevereiro de 1983 o mesmo Sumo Pontífice aprovou as *Normae servandae in inquisitionibus ab Episcopis faciendis in Causis Sanctorum*, que estabelecem as normas peculiares a observar nos Inquéritos diocesanos, ou das eparquias, das causas de beatificação e canonização. Depois da promulgação da Constituição Apostólica e das *Normae servandae*, a Congregação, à luz da experiência, emana a presente *Instrução* para favorecer uma colaboração mais estreita e eficaz entre a Santa Sé e os Bispos nas causas dos Santos.

A presente *Instrução* quer clarificar as disposições das leis vigentes nas causas dos Santos, facilitar a sua aplicação e indicar os modos da sua execução, quer nas causas recentes, quer nas antigas. Dirige-se, portanto, aos Bispos diocesanos, aos Eparcas, a quantos são a eles equiparados pelo direito e a todos aqueles que participam na fase instrutória dos Inquéritos. A *Instrução* trata, de maneira cronológica, do *iter* processual dos Inquéritos diocesanos, ou das eparquias, estabelecido pelas *Normae servandae*, evidenciando, de maneira prática e cronológica, a sua aplicação e salvaguardando a seriedade dos Inquéritos.

Em primeiro lugar, trata da instrução dos Inquéritos diocesanos, ou das eparquias que se referem às virtudes heróicas e ao martírio dos Servos de Deus. Antes de decidir iniciar a causa, o Bispo deverá proceder a algumas verificações que são determinantes para a sua decisão. Depois de ter decidido iniciar a causa, dará início ao Inquérito propriamente dito, ordenando a recolha das provas documentais da causa. Se não se revelam dificuldades insuperáveis, proceder-se-á à audição das testemunhas e, por fim, à clausura do Inquérito e ao envio dos autos para a Congregação, onde se iniciará a fase romana da causa, ou seja a fase de estudo e de julgamento definitivo da própria causa.

No que diz respeito aos Inquéritos acerca dos presumíveis milagres, a *Instrução* põe em evidência alguns elementos processuais que, nestes últimos vinte anos, se mostraram problemáticos na aplicação das normas que dizem respeito aos mesmos Inquéritos acerca dos milagres.

Esta Congregação deseja que a *Instrução* seja uma válida ajuda aos Bispos de modo que o povo cristão, seguindo de perto o exemplo de Cristo, o "*Divinus perfectionis Magister*", dê ao mundo o testemunho do Reino dos céus. A Constituição Dogmática do Concílio Ecuménico Vaticano II *Lumen Gentium* ensina: "*Com efeito, a vida daqueles que seguiram fielmente a Cristo, é um novo motivo que nos entusiasma a buscar a cidade futura e, ao mesmo tempo, nos ensina um caminho seguro, pelo qual, por entre as efémeras realidades deste mundo e segundo o estado e condição próprios de cada um, podemos chegar à união perfeita com Cristo, na qual consiste a santidade*"¹⁸.

Assim mesmo, o processo de santificação é uma questão de extrema preocupação para a Igreja Católica. Fator que faz com que qualquer um ser humano possa alcançar as mais sublimes graças dentro da estrutura de concepção do ato de ser Santo. Por isso, Jesus em sua capacidade natural de ser Santo, principalmente por ser partícipe da trindade não está isolado nesse processo. Ora, à luz das descrições aferidas tanto pela Bíblia Sagrada como pelo CIC, sistematizadas por sua estrutura dogmática e reguladas pela Congregação para a Causa dos Santos, conforme descrição acima, qualquer homem ou mulher pode receber a graça de Deus da santificação.

Por isso, tanto a Constituição *Divinus Perfectionis Magister* quanto a Instrução *Sanctorum Mater*, a competência para investigar a respeito da moral, virtudes, martírios e ou fama de uma santidade e seus milagres é do bispo diocesano ou autoridade da hierarquia a ele equiparada, sendo a iniciativa do processo de investigação própria do bispo ou autoridade equiparada ou a pedido de fiéis que é o mais comum, sendo tratado o candidato a canonização como "Servo de Deus".

¹⁸ Sítio do Vaticano acessado em 12 de setembro de 2013.

O Anexo traz detalhadamente o processo pelo qual um candidato a santo tem que passar. No entanto, cabe uma análise de alguns pontos fundamentais dentro do processo.

O primeiro passo quem dá é o postulador quando busca, então, informações pormenorizadas a respeito da vida do canonizado, agora chamado “Servo de Deus”, e buscando, ainda, os motivos que levariam à canonização daquele servo, inclusive, juntando obras publicadas que não atentam contra a fé e os bons costumes, podendo o bispo requerer a oitiva das testemunhas apresentadas ao postulador e qualquer outra testemunha que se julgar necessário.

O exame do provável martírio e o das virtudes praticados em grau heroico pelo “Servo de Deus” são analisados, sendo grau heroico, a fé, esperança, caridade, prudência, temperança, justiça, fortaleza entre outras e, principalmente, os milagres atribuídos ao servo.

Após a conclusão do inquérito, o mesmo é enviado à Congregação da Causa dos Santos, que fica em Roma, que, por intermédio de consultores oriundos de diversos países, com especialidades em história, teologia e médicos, reconhecendo o grau heroico é expedido um decreto que o declara “*Servo de Deus Venerável*”.

Da mesma forma, caso haja milagres, os mesmo são analisados dependendo do milagre, se for de cura, vai para o Conselho dos médicos, Congresso especial de teólogos e ao final à Congregação dos cardeais e bispos, que preparam um parecer final que é remetido ao Papa, que se vier com parecer positivo decretará o culto público eclesiástico para tributar ao “Servo de Deus”.

A Igreja exige um milagre, tendo em vista que a pessoa, em seus depoimentos, pode querer exaltar demasiadamente o candidato, porém, o milagre é realizado pela graça de Deus, pela intercessão daquele pretendo candidato. Vindo, então, o milagre a confirmar a santidade do candidato, sendo certo que, o milagre é considerado quando a medicina não consegue explicar aquele fato ocorrido, sendo, também, devidamente acompanhada e analisada por comissões de teólogos.

Dessa forma, o milagre se torna incontestável pela ciência e pela Igreja, e não apenas por testemunhos humanos.

3.4 FIEIS SANTIFICADOS

A canonização até João Paulo II era algo muito difícil de ser alcançada, pois as dificuldades eram tantas que muitos que viveram e deram testemunhos da fé, vivendo heroicamente, não tiveram esse reconhecimento aqui na terra como exemplos de vida a serem seguidos.

Isso se dava, aparentemente pela enorme dificuldade que se tinha na percepção e comprovação do ato milagroso. Vale ressaltar que toda a base que o milagre possui está na descrição de Jesus Cristo, este assim diz: “em verdade, em verdade vos digo que aquele que crê em mim fará também as obras que eu faço e outras maiores fará, porque eu vou para junto do Pai” (Jo 14, 12). Essa descrição faz com que todos os cristãos sejam candidatos naturais tanto ao Beatificado como também são, por definição, possíveis seres separados do profano e definitivamente parte do cânon da Igreja.

Nesse prisma, somente após o pontificado de João Paulo II a regulamentação foi arrefecida, oportunizando alcançar a graça da santificação com pequenas manifestações de fé que serviriam de exemplo para todos os cristãos. Assim, a Igreja permitiu para si mesma um crescimento, isso pelo fato de haver inúmeras manifestações que não tinham sido devidamente analisadas e passaram a ser vistas com a atenção devida. João Paulo II, então, possibilitou que os Beatificados e Santos assumissem uma identidade mais próxima com seu fiel.

João Paulo II, nesse caso, permitiu ainda que fossem observados casos curiosos, como análise de casos concretos de canonização, em que a religião tornou santa uma mulher, graças a um evento que poderia ter passado despercebido, como fato normal social, contudo, veio consagrar, como exemplo, uma leiga cristã, casada e mãe, se tornando Santa.

Santa Gianna Beretta Molla, seguidora do Ministério de Jesus, foi atuante como membro da Ação Católica a partir da adolescência. Tornou-se médica especializada em pediatria como forma de atender às crianças e suas mães, pois amava as crianças e também na perspectiva de seguir seu irmão, Frei Alberto, que também era médico, missionário na cidade de Grajaú, local onde fundara um hospital, no Estado do Maranhão, Brasil. Contudo o seu Bispo não permitiu, no qual foi atendido.

No ano de 1954 conheceu o engenheiro Pietro Molla vindo a casar-se, em cerimônia realizada por Padre Giuseppe, seu outro irmão.

Gianna Beretta Molla sempre afirmava formar um uma família verdadeiramente cristã; um pequeno cenáculo onde o Senhor reinasse nos nossos corações, e iluminasse suas decisões e guiasse os seus programas.

Do casamento nasceram quatro crianças, quais sejam: Pierluigi, Maria Zita, Laura e Gianna Emanuela. Na última gestação, aos 39 anos, descobriu que tinha um fibroma no útero.

Os médicos deram três opções a Gianna Beretta Molla: extirpar o útero doente, tendo em contrapartida a morte da criança; abortar o feto, ou, a mais arriscada, submeter-se a uma cirurgia de risco e preservar a gravidez. De imediato e sem manifestar dúvidas, afirmou: “Salvem a criança, pois tem o direito de viver e ser feliz!”

O parto foi realizado no hospital de Monza bem na sexta-feira da Semana Santa de 1962. E na data de 21 de abril de 1962, nasceu Gianna Emanuela, e pode ter sua filha por alguns dias em seus braços e sempre afirmando que “Entre a minha vida e a do meu filho salvem a criança!”, assim, Gianna Beretta Molla faleceu no dia 28 de abril de 1962.

Na data de 1977, na cidade de Grajaú, no Estado do Maranhão, Brasil, houve a Beatificação de Gianna Beretta Molla. Alguns dias antes da criança nascer, embora confiante na Divina Providência, ela estava decidida a dar sua vida para salvar a da criança. *Se você precisar decidir entre eu e a criança escolha a criança insistiu ela ao seu médico.*

Assim Gianna Emanuela nasceu na manhã de 21 de abril de 1962. Apesar de todos os esforços para salvá-la, Santa Gianna veio a falecer uma semana depois, com horríveis dores.

Mas ela sempre dizia : “Jesus, Jesus eu te amo, eu te amo” e veio a falecer exclamando esta frase no dia 28 de abril. Ela tinha apenas 39 anos de idade.

Seu funeral foi ocasião de grande tristeza, fé e oração. O seu corpo está no cemitério de Mesero perto de Magenta. Ela foi beatificada em 24 de abril de 1994 e canonizada em 16 de maio de 2004 pelo Papa João Paulo II. Sua festa é celebrada no dia 28 de abril como “mãe de família”.

O milagre necessário para a canonização de Giana Bereta Molla foi experimentado por Elisabete Arcolino Comparini, casada com Carlos César, ambos

da Diocese de Franca, quando, no início do ano 2000, o quarto bebê que havia concebido começou a passar por sérios problemas, tendo, no terceiro mês, a jovem mãe perdido, segundo alegava-se o líquido amniótico. A alegada intercessão da Santa Gianna foi pedida, ainda no hospital, na presença do bispo de Franca, Dom Diógenes Matthes.

Face à negativa do aborto e à intercessão da Santa Gianna Beretta Molla, após uma gravidez sem presença de líquido amniótico; sem explicação científica, no dia 30 de maio de 2000, nasceu Gianna Maria, nome que foi dado em homenagem àquela médica e mãe "heroica".

Muitas graças têm sido alcançadas, em vários países, pela suposta intercessão de Santa Gianna, especialmente por mulheres crentes que não conseguem engravidar ou têm problemas na gestação e/ou no parto, por isso, várias crianças têm recebido o "honroso nome de Gianna" em agradecimento por sua suposta intercessão (COBGBM, 1997, p. 68).

A análise do fato revela que ao trocar a sua vida pela da sua filha, essa troca se torna um evento de "prova de amor" e vai ser integrada num cosmos, por intermédio da religião que coloca num universo dos deuses, em que um evento social normal passa a ser uma cosmogonia à medida que diz que dar a vida para salvar outra vida é a maior prova de amor que alguém pode fazer.

Outro caso é o de uma pessoa leiga, casada e mãe de dois filhos, Rita de Cássia. Venerada pela Igreja como a "Santa das Causas Impossíveis" era casada, mãe de dois filhos, moradora da cidade de Úmbria, uma pequena província da Itália, onde nasceu de pais que não tinham filhos e já tinham idades avançadas, que conseguiram ter a filha Rita de Cássia utilizando de orações fervorosas e que legaram a Santa Rita uma boa educação fundamentada na fé e na moral cristã.

Conta a história que Rita de Cássia tinha o desejo ardente de entrar na Ordem Agostiniana para viver exclusivamente para Deus, contudo, em atenção aos pais, acabara casando-se com um jovem de nome Paulo Ferdinando, que se mostrou durante o casamento ser uma pessoa violenta, aventureira, grosseiro, impertinente e assassino.

Durante todo seu casamento, que durou por 18 anos, Rita de Cássia sofria calada e rezava diariamente, sem nunca ameaçar abandonar o lar ou reclamar de sua situação de sofrimento, se entregando às orações a Deus pela conversão de seu marido Paulo Ferdinando.

As orações de Rita de Cássia foram atendidas por Deus, vendo seu esposo a se converter, no entanto, a sociedade da época não aceitava tal conversão, vindo a assassiná-lo.

Seus dois filhos, ainda pequenos, desejavam vingar a morte do pai, no entanto, Rita de Cássia além de perdoar os assassinos do marido, pediu para Deus que tirasse essa vingança dos corações de seus filhos, e que se isso não fosse possível, que seria melhor que Deus os levasse, mas não desejaria ver seus filhos com as mãos sujas de vingança e sangue.

Rita de Cássia passou a viver sozinha, sem marido e sem filhos, buscou o seu sonho de criança que era consagrar-se a Deus na ordem das Agostinianas. Dirigindo-se ao convento, no entanto, foi negada a sua entrada devido ser viúva e no convento somente teria mulheres virgens.

Entregou-se à oração para que Deus intercedesse novamente em sua vida para que pudesse entrar na Ordem das Agostinianas, o que veio a conseguir, passando o resto de sua vida enclausurada, meditando a Paixão de Cristo, que, por isso, recebeu o estigma do sinal da agonia de Jesus (ROSSI, 2013, p. 72).

É importante destacar a mensagem do Papa João Paulo II à época, agora Beato, ao Bispo de Cremona Dom Giulio que comemorava a santidade de um leigo, comerciante de tecidos que no ano 1199 recebeu a Graça de Deus da santidade. A descrição que se refere foi a mensagem do Papa João Paulo II a Dom Giulio Nicolini, Bispo de Cremona por ocasião do “ano de Santo Homembom”, conforme descrição do site do Vaticano, assim descrito:

A 13 de Novembro de 1197 Homembom Tucenghi, comerciante de tecidos em Cremona, concluía a sua existência terrena contemplando o Crucificado, enquanto participava, como costumava fazer todos os dias, na Santa Missa na igreja da sua paróquia de Santo Egídio. Pouco mais de um ano depois, a 12 de Janeiro de 1199, o meu Predecessor Inocêncio III inscrevia-o no álbum dos Santos, aderindo ao pedido que o Bispo Sicardo lhe tinha feito, ao dirigir-se em peregrinação a Roma com o pároco Osberto e um grupo de cidadãos, depois de ter avaliado os numerosos testemunhos, também escritos, dos prodígios atribuídos à intercessão de Homembom. (site: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1997/june/documents/hf_jp-ii_spe_19970624_nicolini_po.html)

Essa descrição aponta a capacidade que um homem possui de se ligar ao processo religioso de santificação. A descrição ainda mostra uma pessoa simples, um comerciante, alguém que em meados do século XII era uma pessoa tida como

“normal”, capaz de ter os mesmos problemas e virtudes de um cidadão comum para época.

Mesmo assim, cabe nota, que seu papel de participante dos cultos religiosos ministrados na Sagrada Igreja Católica fazia com que ele fosse conduzido aos maiores auspícios, a contemplação de Deus. Após sua morte, as pessoas daquela comunidade, entendendo que ele foi um homem que cumpriu o papel missionário de Jesus, passaram a tê-lo como referência, exemplo de santidade que foi sistematizado com a admissão de uma graça.

A oito séculos de distância, a figura de Santo Homembom continua a estar constantemente viva na memória e no coração da Igreja e da cidade de Cremona, que o veneram como o seu Padroeiro. Ele é o primeiro e único fiel leigo, não pertencente à nobreza ou a famílias reais ou principescas, canonizado na Idade Média (cf. A. Vauchez, *I laici nel Medioevo*, Milão 1989, pág. 84; *La santità nel Medioevo*, Bolonha 1989, pág. 340). «Pai dos pobres», «consolador dos aflitos», «assíduo nas contínuas orações », «homem de paz e pacificador», «homem bom de nome e de fato», este Santo, segundo a expressão usada pelo Papa Inocêncio III na bula de canonização *Quia pietas*, é ainda hoje árvore plantada ao longo de regatos que dá fruto no nosso tempo.

Toda essa sistemática, conforme descrição acima permite o entendimento de que questões como as de Homembom ainda são emergentes na sociedade do século XXI, isso por entendermos o processo de santificação como um processo de assimilação histórica. Nisso, o pensamento religioso, entendido como fenômeno, permite aos fieis uma adequação de sua capacidade cultural e, a partir disso, um processo de retomada ao conceito doutrinário mais íntimo, ligando o ser humano aos estímulos hermenêuticos assumidos pela própria igreja.

Essa proposta de indeterminação temporal, é descrita pelo Papa João Paulo II em sua carta, cabe a nota a descrição abaixo:

Embora tão distante no tempo, Homembom parece-nos, de fato, um Santo para a Igreja e para a sociedade do nosso tempo. Não só porque a santidade é uma só, mas devido às características da vida e das obras com que este fiel leigo viveu a perfeição evangélica. Estas encontram confrontações singulares com as exigências do presente, e conferem à festividade jubilar um profundo sentido de «contemporaneidade».

Nessa proposta, Homembom se caracteriza por sua forma de se relacionar com as pessoas, por ter sido comerciante, sua característica como “pai dos pobres” emerge sua condição sócio-econômica de sua dimensão religiosa. Por isso, sua

condição de alta espiritualidade faz dele apóstolo da caridade, assim reconhecido pelo Papa João Paulo II.

Os testemunhos unânimes da época definem Homembom «*pater pauperum*», pai dos pobres. É a definição que, tendo permanecido na história de Cremona, sintetiza num certo modo as dimensões da alta espiritualidade e da extraordinária aventura do comerciante. Desde o momento da sua conversão à radicalidade do Evangelho, Homembom torna-se artífice e apóstolo de caridade. Transforma o seu lar em casa de acolhimento. Dedicar-se à sepultura dos defuntos abandonados. Abre o coração e a bolsa a toda a categoria de necessitados. Empenha-se fortemente em dirimir controvérsias, que na cidade laceram facções e famílias. Exerce a mãos-cheias as obras de misericórdia espiritual e corporal e, ao mesmo tempo, protege a integridade da fé católica na presença de infiltrações heréticas, com o mesmo fervor com que participa quotidianamente na Eucaristia e se dedica à oração. Ao percorrer a via das Bem-aventuranças evangélicas, na época popular em que dinheiro e mercado tendem a constituir o centro da vida civil, Homembom conjuga justiça e caridade e faz da esmola o sinal de partilha, com a espontaneidade com que da contemplação do Crucificado aprende a testemunhar o valor da vida como dom.

As disposições de João Paulo II sobre as características de Homembom definem diretamente sua dimensão sobre aspectos como o familiar e o econômico, colocando o “homem de Deus” acima de todas essas questões. Ora, basta saber que um homem à luz da imagem de Cristo, não poderia ter sua afeição ligada aos aspectos materiais.

Na sua experiência não há solução de continuidade entre as várias dimensões. Em cada uma ele encontra o «lugar» em que exercer a tensão à santidade: no núcleo familiar, como esposo e pai exemplar; na comunidade paroquial, como fiel que vive a liturgia e é assíduo à catequese, profundamente ligado ao ministério do sacerdote; no contexto da cidade, no qual efunde o fascínio da bondade e da paz. Uma vida tão rica de méritos não podia senão deixar um sulco profundo na memória. Com efeito, é admirável a perseverança de afeto e de culto que Cremona conservou em relação a este seu singular expoente, nascido precisamente da classe popular.

Assim, destaca-se o fato de que a graça de Deus, segundo a fé Católica, é uma permissão divina dada de forma gratuita a todos. Aparentemente, é possível que a santidade esteja ligada ao processo de desligamento da dimensão material. Ainda, é possível que o aspecto humanista, a ligação, a preocupação, o interesse, a disposição, a caridade sejam dimensões adquiridas por meio da ascese.

Nesse caso, parece natural que o ser nas vias da santidade, não recorra à mesma disposição que interage o mundo, pelo contrário, a dimensão dos santos é uma dimensão ligada em Deus e por isso interage com o homem de forma a fazer

com que os “outros” também busquem os mesmos artifícios, que também se relacionem às questões inerentes à santificação de si e a partir daí numa retroalimentação.

Isso foi o que ocorreu com Santa Beretta Mola, Santa Rita de Cassia e Santo Homembom, pessoas que reconhecidamente optaram pela santidade, pela negação dos caminhos mundanos e, por isso, pela luz da divindade. Vale ressaltar que nenhum desses acima citados fazia parte do clero, pelo contrário, eram pessoas comuns, trabalhadores, donas de casa, mãe, comerciante e assim por diante. Nesse turno, todos se assemelham com a identidade de Jesus, uma pessoa simples, de família humilde e imensa preocupação com o próximo. A santidade não é vista pelo santo como um alvo puramente ético, como valores materiais e morais ou ainda com posição de destaque social onde a vaidade é predominante, pelo contrário, é puramente por ascese, ou seja, é a forma de ascender espiritualmente, desprezando os prazeres mundanos em busca do prazer santificador.

CONCLUSÃO

Após a descrição de três capítulos que buscaram aludir sobre todo o processo de Santificação, que tem como premissa, certa ascese, beatificação e canonização, se construiu certa possibilidade de entendermos o caráter que interage entre o ser humano, o Sagrado e a Igreja.

É pertinente que toda descrição que remete o homem ao Sagrado ou ao Profano, é uma ação que envolve diretamente o escopo de juízo, esses são ditados e assimilados dentro do Cânon da Igreja Católica. Por isso, entender o processo da *Fenomenologia da Canonização* é entender também toda a conjuntura histórica Cristã que liga a Igreja, sua doutrina (dogmas) e toda sua matriz social enquanto possibilidade de transformação.

Ao analisar o processo de desenvolvimento divinizador da ação do homem em detrimento a qualquer linha de transformação, estamos entendendo o homem como alvo do processo religioso de forma direta. Por isso, cabe ao homem, mediado pela Divindade, à construção de sua conjuntura moral, social, filosófica em que, de certa forma, permita que haja um avanço de seu padrão humano em busca de uma conjuntura divinizada.

O ser humano, por assim se demonstrar, é capaz de fazer de sua vida um propósito de abnegação de si mesmo (ascese) em função de algo que julgue contemplativo ou de total perspicácia diante da vontade de um ser sublime. Deus se identifica como alvo de transfiguração do desejo do “eu” para o bem estar do “outro”, ou quiçá, um bem estar pleno de conjuntura universal.

Nesse contexto, ao pensarmos sobre os objetivos focados na gênese dessa proposta, podemos entender a importância de todo o acúmulo epistemológico oriundos das Ciências da Religião para a junção entre aquilo que é Sagrado, o Homem e sua forma de ver a si mesmo, o outro e o mundo. Nisso, a teologia é de certa forma, instrumentalizada pelo arcabouço de toda Ciência da Religião, o que faz dela, eixo de transversalidade entre aquilo que existe (ou não) no mundo (fenomenologia). A própria santificação, movida por certa fenomenologia, é retroalimentada pelos objetivos institucionais da Igreja Católica que vislumbram a fé como mover universal.

A possibilidade, então, de uma justificativa plausível que construa uma ligação entre o Homem e Deus só poderia estar no aspecto que tem seu mover

inicial no conceito da ascese, permeando a santificação e por fim sendo abstraída pela Igreja como parte de constituição canônica.

Visto isso, a canonização pode ser percebida como ação dos desdobramentos dos feitos de uma pessoa comum, que ao passar pelo processo de canonização, pela Igreja Católica, se transforma em um ser Sagrado, com direito a culto e veneração.

Por isso a característica principal da santificação pode ser a proposta de que qualquer pessoa, nutrida pela fé católica, é capaz de sê-lo, desde que este guarde o exemplo de Cristo e seja inspirador de boas ações por pessoas comuns em seu dia-a-dia.

Sendo assim, é válida a observação de que existe uma profunda relação entre a santificação, em si, e o berço de toda Igreja Católica, isso por admitirmos essa relação sobre a égide de dois preceitos: 1) preceito da relação em si – A canonização é uma possibilidade de dar certo destaque às pessoas que efetivamente viveram sob o preceito da fé. Uma ação pela fé, nesse caso, é amplamente digna de ser vista e revista pelo mundo, possibilitando ao crente certo exemplo de vida e manutenção de suas ações. 2) preceito missionário – nas vias da canonização é possível que haja um aspecto missionário, ou seja, há uma efervescência natural em multiplicar as ações Sagradas. O santo, em sua veneração, espalha pedaços de santidade de algo bom, digno e com características divinizadas.

É dessa forma que entendemos que a característica fundamental da santificação é a separação do canonizado das outras pessoas ou dimensões cotidianas (profanas), potencializando-o a ser colocado no lugar de intercessor entre o crente e a divindade. É justamente esse fenômeno (o sacralizado mediador) que estabelece a relação entre a santificação e o catolicismo, uma vez que nessa expressão religiosa a crença na mediação é parte integrante.

Nesse turno, a Igreja ao canonizar alguém, este passa a ser venerado, Santo pelos fiéis e pela própria Igreja que reconhece e proclama a graça vitoriosa de Cristo e se torna presente e atuante em alguns de seus membros e, conseqüentemente, em todo o Corpo da Igreja. Nisso, há uma plena aceitação, do caráter do próprio candidato, que é aceito em forma de mártir ou em forma de ascese. Morrer defendendo a fé ou viver a fé em sua manifestação é uma forma absoluta de se conseguir uma vida Santa.

A graça divina recebida e vivida pelos santos torna-se, para todos os mortais, sinal e testemunho da fé, evangelho vivido, modelo perfeito, capaz de nos proporcionar orientação e nos inculcar ânimo, perseverança e esperança no empenho de dar uma feição cristã à própria vida.

E tudo isto, não no sentido de uma cópia servil, mas como uma imensidade de impulsos e de auxílios no esforço inteiramente pessoal e concreto de imitar e seguir a Cristo no aqui e agora.

A intercessão dos santos não significa uma agência de mediação, uma espécie de primeira instância, mas antes que toda vida de fé e de amor tem valor e sentido eternos, e que aqueles que se salvam, acolhem e vivem bem-aventuradamente este sentido.

E como se trata de um mundo espiritual ao qual Deus se comunicou e onde todas as coisas são solidárias, de um mundo em que o indivíduo pode ter importância para os outros, por isso, a “invocação” explícita ou implícita de um determinado santo querido, por parte dos indivíduos, na fé e na esperança, é sempre a invocação de todos os santos; vale dizer, é um refugiar-se na grande comunhão dos santos.

A reflexão teológica sobre a canonização e a Igreja tem um arcabouço divino de propagar a graça santificadora por meio de se tributar honra à Santíssima Trindade e exaltar a fé católica como incremento da vida cristã, servindo, os Santos, como exemplos a serem seguidos por aqueles que pretendam buscar a santidade, pois a mensagem de Deus que ultrapassa gerações e gerações é “sede santos, porque eu, o Senhor, vosso Deus, sou santo.” (Lv 19, 2) (BÍBLIA TRADUÇÃO ECUMÊNICA).

REFERÊNCIAS

- ADAM, Adolf. *O ano litúrgico: sua história e seu significado segundo a renovação litúrgica*. 2. ed. São. Paulo: Paulinas, 1982.
- ALMEIDA, Antônio José de. *Leigos em quê?: uma abordagem histórica*. São Paulo : Paulinas, 2006.
- ANDRADE, S. R. . *O culto aos santos: a religiosidade católica e suas hibridações*. Revista Brasileira de História das Religiões, v. III, p. 131-145, 2010.
- AQUINO, Felipe Rinaldo Queiroz de. *Relação dos Santos e Beatos da Igreja*. 2ª Ed. Editora Cléofas: Lorena, 2007.
- SAMANES, Cassiano Floristán; TAMAYO. ACOSTA, Juan-José. (Dir.). *Dicionário de conceitos fundamentais do cristianismo*. São Paulo: Paulus, 1999.
- BÍBLIA CATÓLICA. *Ave Maria*. Disponível em: <<http://www.bibliacatolica.com.br-ave-maria/santo#>>. Acesso em: 18 novembro 2013.
- BÍBLIA TRADUÇÃO ECUMÊNICA. Edições Loyola : São Paulo, 1994.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Edições Loyola : São Paulo, 2000.
- CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Edições Loyola : São Paulo, 2012.
- COMPÊNDIO DO VATICANO II. Constituição Apostólica *Divinus Perfectionis Magister*. Editora Vozes : Petrópolis, 1968.
- _____. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Editora Vozes : Petrópolis, 1964.
- _____. Constituição Pastoral *Gaudium Et Spes*. Editora Vozes : Petrópolis, 1965.
- COBGBM. Gianna Beretta Molla: *Um caminho de Santidade*. Editora Vozes, Petrópolis, 1997.
- COMBY, Jean. *Para ler a História da Igreja II: do século XV ao século XX*, São Paulo: Loyola, 1994.
- CONTI, Servílio. *O santo do dia*. 10. Ed. Ver. E atual. Vozes: Petrópolis, 2006.

CROATTO, José Severino. *As linguagens da experiência religiosa: uma introdução à fenomenologia da religião*. Tradução de Carlos Maria Vasquez Gutiérrez. São Paulo: Paulinas, 2010.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. Tradução Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Paulinas, 1989.

EICHER, Peter. *Dicionário de Conceitos Fundamentais de Teologia*: Tradução João Rezende Costa. 2ª Edição, São Paulo: Paulus, 2005.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: A essência das religiões*: São Paulo, Martins Fontes, 2010.

FERNANDES, Marco Aurélio. III Congresso Internacional em Ciências da Religião. Artigo: *A fenomenologia do Santo em Max Scheler*. 2009. (Congresso).

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Ltda, 1989.
LEXICON: Dicionário Teológico Enciclopédico. Tradução: João Paixão Netto e Alda da Anunciação Machado. São Paulo: Loyola, 2003.

LOWERY, Daniel L. *Dicionário católico básico: com as devidas adaptações para o Brasil*: tradução de Claudete Campos Chad, Editora Santuário: São Paulo, 1999.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MEGALE, Nilza Botelho. *Santos do povo brasileiro*: Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MICHAELIS: *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. Companhia Melhoramentos São Paulo: Melhoramento, 1998.

OTTO, Rudolf. *O Sagrado: um estudo do elemento não-racional na ideia do divino e a sua relação com o racional*. (tradução: Prócoro Velasquez Filho). São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1985.

OVERMAN, J. A. *O Evangelho de Mateus e o judaísmo formativo; o mundo social da comunidade de Mateus*. São Paulo: Loyola, 1997.

RAHNER, Karl. *Curso Fundamental da Fé: Introdução ao conceito de cristianismo*. Tradução Alberto Costa. São Paulo: Paulus, 1989.

REVISTA VEJA ON LINE. *Santo você ainda pode ser um*. Ed 1680. São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.RevistaVejaonline>>. Acesso em: 18 novembro de 2013.

ROSSI, L. A. S. *Nos passos de Santa Rita de Cássia*. 1a. ed. São Paulo: Paulus, 2013.

PAULO II, João. *Constituição Apostólica Divinus Perfectionis Magister do Sumo Pontífice João Paulo II sobre a Nova Legislação relativa às Causas dos Santos*. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_25011983_divinus-perfectionis-magister_po.html. Acesso em: 31 de outubro de 2013.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: EDUNB, 1999.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Ltc, 1979.

ANEXO

CONSTITUIÇÃO APOSTÓLICA ***DIVINUS PERFECTIONIS MAGISTER*** DO
SUMO PONTÍFICE **JOÃO PAULO II** SOBRE A NOVA LEGISLAÇÃO RELATIVA ÀS
CAUSAS DOS SANTOS

CONSTITUIÇÃO APOSTÓLICA
DIVINUS PERFECTIONIS MAGISTER
DO SUMO PONTÍFICE
JOÃO PAULO II
SOBRE A NOVA LEGISLAÇÃO
RELATIVA ÀS CAUSAS DOS SANTOS

Mestre e modelo divino da perfeição, celebrado juntamente com o Pai e com o Espírito Santo como o “único Santo”, Cristo Jesus amou a Igreja como uma esposa e entregou-se por ela para santificá-la e torná-la gloriosa aos seus olhos. Com efeito, depois de ter dado aos seus discípulos o preceito de imitar a perfeição do Pai, enviou sobre eles o Espírito Santo a fim de movê-los interiormente a amar a Deus com todo o coração e a amarem-se uns aos outros como Ele os amou. Os discípulos de Cristo – como exorta o Concílio Vaticano II – chamados e justificados no Senhor Jesus não segundo as suas obras, mas segundo o Seu desígnio e a Sua graça, no Batismo e na fé foram constituídos de fato filhos de Deus e participantes da natureza divina, e, por isso, verdadeiramente santos (LG, 40).

Entre estes, em todos os tempos, Deus escolhe muitos para que, seguindo mais de perto o exemplo de Cristo, deem testemunho glorioso do Reino dos céus com o derramamento de sangue ou com o exercício heroico das virtudes.

A Igreja, que desde os primeiros tempos do cristianismo sempre acreditou que os Apóstolos e os Mártires em Cristo estão estreitamente unidos conosco, venerou-os juntamente com a Bem-Aventurada Virgem Maria e com os Santos Anjos, e implorou devotamente o auxílio da sua intercessão. A estes, em curto espaço de tempo, juntaram-se outros que imitaram mais de perto a virgindade e a pobreza de Cristo e, finalmente, todos aqueles que pelo singular exercício das virtudes cristãs e dos carismas divinos suscitaram a devoção e a imitação dos fiéis.

Contemplando a vida dos que seguiram fielmente Cristo, sentimo-nos incitados com maior força a procurar a Cidade futura, ao mesmo tempo em que nos é ensinada uma via segura através da qual, no meio das vicissitudes do mundo,

segundo o estado e a condição de cada um, possamos chegar à perfeita união com Cristo, isto é, à santidade.

Assim, rodeados por uma tão grande nuvem de testemunhas através dos quais Deus se torna presente e nos fala, sentimo-nos fortemente atraídos para alcançar o seu Reino no céu, por meio do exercício das virtudes.

Acolhendo estes sinais e a voz do Senhor com a maior reverência e docilidade, a Sé Apostólica, desde tempos imemoriais, pela importante missão que lhe foi confiada de ensinar, santificar e governar o Povo de Deus, propõe à imitação, veneração e invocação dos fiéis homens e mulheres que sobressaem pelo fulgor da caridade e das outras virtudes evangélicas, declarando-os Santos e Santas num acto solene de canonização, depois de ter realizado as investigações oportunas.

A Instrução "*Causarum canonizationis*", que o nosso predecessor Sixto V deu à Congregação dos Sagrados Ritos por ele fundada, foi-se desenvolvendo no decurso dos tempos com novas normas. Tal sucedeu, sobretudo por obra de Urbano VIII, tendo Prospero Lambertini (depois Papa Bento XIV) recolhido as experiências do passado, coligindo-as para o futuro na obra intitulada *De Servorum Dei beatificatione et beatorum canonizatione*, que permaneceu como regra junto da Congregação dos Ritos por quase dois séculos. Normas deste género foram por fim substancialmente recebidas pelo Código de Direito Canónico em 1917.

No entanto, uma vez que nos nossos tempos o progresso das disciplinas históricas tornou clara a necessidade de dotar a Congregação competente de um instrumento de trabalho que melhor correspondesse aos postulados da crítica, o nosso predecessor Pio XI, no dia 6 de Fevereiro de 1930, com a Carta Apostólica *Già da qualche tempo*, instituiu *motu próprio* a "Secção histórica" junto da Sagrada Congregação dos Ritos, entregando àquela a tarefa de estudar as causas históricas (AAS 22 (1930) 87-88). O mesmo pontífice, no dia 4 de Janeiro de 1939, ordenou a publicação das *Normae Servandae in construendis processibus ordinariis super causis historicis*, (AAS 31 (1939) 174-175), com as quais tornou de fato supérfluo o processo "apostólico", de modo que, desde então, para as causas históricas fosse feito um único processo de autoridade ordinária.

Paulo VI com a Carta Apostólica, *Sanctitas clarior* do dia 19 de Março de 1969 (AAS 61 (1969) 149-153), estabeleceu que, no que toca a recolha de provas e com prévia autorização da Santa Sé, também para as causas recentes se fizesse um único processo instruído pelo Bispo. O mesmo Pontífice, com a Constituição Apostólica *Sacra Rituum Congregatio* (AAS 61 (1969) pp.297-305), do dia 8 de Maio de 1969, no lugar da Sagrada Congregação dos Ritos constituiu dois novos dicastérios. A um deles foi atribuída a regulação do culto divino e ao outro o tratamento das causas dos Santos; nesta mesma ocasião alterou neles o modo de proceder.

Por fim, depois das experiências recentes, pareceu-Nos oportuno rever o procedimento de instrução das causas e dar um ordenamento à referida Congregação para as Causas dos Santos, indo deste modo ao encontro das exigências dos estudiosos e dos pedidos dos nossos irmãos no episcopado, que várias vezes solicitaram um procedimento mais ágil, sem que fosse prejudicada a solidez das investigações num tema tão sério. Além disso, pensámos que, à luz da doutrina sobre a colegialidade proposta pelo Concílio Vaticano II, seria conveniente associar os Bispos à Sé Apostólica no tratamento das Causas dos Santos.

Assim, para o futuro, abrogadas todas as leis de qualquer género sobre este assunto, estabelecemos que sejam observadas as normas que se seguem.

I

DAS INVESTIGAÇÕES A REALIZAR PELO BISPO

1) Aos Bispos diocesanos ou às autoridades eclesiásticas que a eles são equiparadas pelo Direito, no âmbito da própria jurisdição, seja em virtude do próprio ofício, seja por instância dos fiéis, individualmente, em legítimas associações ou por meio dos seus representantes, compete o direito de investigar sobre a vida, as virtudes, o martírio e a fama de santidade ou de martírio, sobre os possíveis milagres e, eventualmente, sobre o culto antigo de um servo de Deus, para o qual se pede a canonização.

2) Em tal investigação o Bispo proceda segundo as Normas peculiares emanadas pela Congregação das Causas dos Santos, e com a seguinte ordem:

1º Peça ao Postulador da Causa, legitimamente nomeado pelo Autor, uma cuidada informação sobre a vida do Servo de Deus, e faça-se informar acuradamente por ele acerca dos motivos que parecem favorecer a promoção da causa.

2º No caso de o Servo de Deus ter publicado escritos da sua autoria, o Bispo cuide que sejam examinados por censores teólogos.

3º Se nos mesmos escritos nada for encontrado contra a fé e os bons costumes, o Bispo disponha que pessoas idóneas procurem outros escritos inéditos (cartas, diários, etc.), assim como todos os documentos que de qualquer modo dizem respeito à causa. Aquelas, depois de terem cumprido fielmente a sua tarefa, redijam uma relação sobre as investigações realizadas.

4º Se com base em tais resultados o Bispo retiver prudentemente que se possa ir além, cuide que as testemunhas apresentadas sejam interrogadas pelo Postulador e por outros que devem ser chamados *ex officio*.

No entanto, para que não se percam as provas, se for urgente o exame das testemunhas, sejam estas interrogadas ainda que a recolha dos documentos não tenha sido completada.

5º A investigação sobre presumíveis milagres faça-se separadamente da investigação sobre as virtudes ou sobre o martírio.

6º Terminadas as investigações, sejam todos os autos enviados em duas cópias à Congregação para as Causas dos Santos, bem como uma cópia dos livros do Servo de Deus examinados pelos censores teólogos, juntamente com o respectivo juízo.

O Bispo, além disso, anexe uma declaração acerca da observância do decreto de Urbano VIII sobre a ausência de culto.

II

FASE ROMANA

JUNTO DA CONGREGAÇÃO PARA AS CAUSAS DOS SANTOS

3) É múnus da Congregação para as Causas dos Santos, presidida pelo Cardeal Prefeito, ajudado pelo Secretário, tratar de tudo o que se relaciona com a canonização dos Servos de Deus, seja assistindo os Bispos na instrução das causas, aconselhando e instruindo, seja estudando as mesmas com profundidade, seja emanando os votos sobre elas. À mesma Congregação cabe ainda decidir acerca de tudo quanto se refere à autenticidade e à conservação das relíquias.

4) É missão do Secretário:

1º Cuidar das relações com o exterior, principalmente com os Bispos que instruem as causas;

2º Participar nas discussões em torno do mérito das causas, emitindo o seu voto na Congregação dos Padres Cardeais e Bispos;

3º Redigir a relação sobre os votos dos Cardeais e Bispos, a ser entregue ao Sumo Pontífice;

5) No cumprimento da sua missão, o Secretário é coadjuvado pelo Subsecretário, a quem compete principalmente examinar se foram cumpridas as prescrições da lei na instrução das causas. O Secretário é também coadjuvado por um número adequado de oficiais menores.

6) Para o estudo das causas existe junto da Congregação o Colégio dos Relatores, presidido pelo Relator Geral.

7) A cada um dos Relatores compete:

1º Estudar, juntamente com os colaboradores externos, as causas que lhes foram encomendadas e preparar a *proposição* sobre as virtudes ou sobre o martírio;

2º Preparar por escrito as clarificações históricas, se eventualmente foram pedidas pelos Consultores;

3º Participar como perito no Congresso dos Teólogos, ainda que sem direito a voto;

8) Entre os Relatores existirá um especialmente encarregado do estudo das *proposição* sobre os milagres, que participa na Consulta dos Médicos e no Congresso dos Teólogos.

9) O Relator Geral, que preside ao Grupo dos Consultores de História, será ajudado por alguns ajudantes de estúdio.

10) Na Congregação para as Causas dos Santos existe um Promotor da Fé ou Prelado teólogo, a quem compete:

1º Presidir ao Congresso dos Teólogos, onde se efetua a votação;

2º Preparar a relação sobre o mesmo Congresso;

3º Participar como perito, mas sem voto, na Congregação dos Padres Cardeais e Bispos.

Em caso de necessidade, para uma ou outra causa, o Cardeal Prefeito poderá nomear um Promotor da fé "*ad casum*".

11) Para tratar das causas dos Santos há também Consultores de diversas regiões, peritos em história ou em teologia, especialmente em teologia espiritual.

12) Para o exame das curas que são propostas como milagres, existe junto da Congregação um Colégio de peritos na ciência médica.

III

MODO DE PROCEDER NA CONGREGAÇÃO

13) Depois do Bispo ter enviado para Roma todos os autos e documentos que dizem respeito à causa, proceda-se do seguinte modo na Congregação para as Causas dos Santos:

1º Antes de mais, o Subsecretário verificará se na investigação realizada pelo Bispo foi observado tudo quanto se encontra estabelecido pela lei, após o que apresentará no Congresso ordinário um relatório sobre o êxito deste exame.

2º Se o Congresso julgar que a causa foi instruída segundo a lei, estabelecerá a qual dos relatores se deve confiar a mesma; por sua vez, o Relator, ajudado por um colaborador externo, preparará a *proposição* sobre as virtudes ou sobre o martírio, segundo as regras da crítica que devem ser observadas na hagiografia.

3º Nas causas antigas e naquelas mais recentes, quando assim for requerido, dadas a sua índole particular e a juízo do Relator geral, a *proposição* publicada será submetida ao exame de consultores particularmente peritos na matéria para que estes votem sobre o seu valor científico, bem como sobre a sua suficiência acerca do seu objeto.

Em casos particulares, a Congregação pode entregar a *proposição* para que seja estudada por outros peritos não incluídos no elenco dos consultores.

4º A *proposição* (juntamente com os votos escritos dos consultores históricos e com as novas clarificações do Relator, se estas forem necessárias) será entregue aos Consultores teólogos, que votarão sobre o mérito da causa. Estes, juntamente com o Promotor da Fé, estudarão a *proposição* de tal forma que, antes de a mesma passar ao Congresso especial, as diversas questões sejam examinadas em profundidade.

5º Os votos definitivos dos consultores teólogos, juntamente com as conclusões redigidas pelo Promotor da Fé, serão submetidas ao juízo dos Cardeais e Bispos.

14) Acerca dos supostos milagres, a Congregação procederá do seguinte modo:

1º Os presumíveis milagres, sobre os quais o Relator encarregado para o efeito prepara uma *proposição*, são examinados na reunião de peritos (no caso de

curas, na reunião de médicos), cujos votos e conclusões serão expressos detalhadamente numa minuciosa relação.

2º Posteriormente, os milagres são discutidos num Congresso especial de teólogos e, por fim, na Congregação dos Padres Cardeais e Bispos.

15) As opiniões dos Padres Cardeais e Bispos são comunicadas ao Santo Padre, a quem compete exclusivamente o direito de decretar o culto público eclesiástico que se pode tributar aos Servos de Deus.

16) Para cada uma das causas de canonização cujo juízo esteja atualmente pendente na Congregação para as Causas dos Santos, esta mesma Congregação, mediante um decreto especial, fixará a forma de proceder no futuro, observando, não obstante, o critério da nova lei.

17) Tudo o que ordenámos nesta nossa Constituição entra em vigor neste mesmo dia.

Queremos ainda que todos estes nossos decretos e prescrições sejam válidos e eficazes agora e no futuro, não obstante, na matéria do necessário, as Constituições e Ordenações Apostólicas publicadas pelos nossos predecessores, bem como as restantes prescrições, mesmo dignas de peculiar menção e derroga.

Dado em Roma, junto de São Pedro, no dia 25 de Janeiro de 1983, quinto ano do nosso pontificado.

JOÃO PAULO IIⁱ

ⁱSite: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_25011983_divinus-perfectionis-magister_po.html